

IX SEMINÁRIO NACIONAL DE PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

PSICOLOGIA NA DEFESA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS



Conselho
Federal de
Psicologia

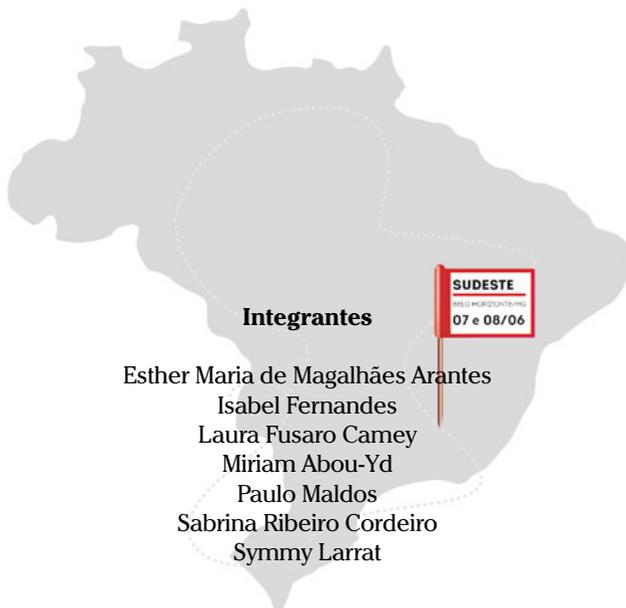
Conselhos
Regionais de
Psicologia

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA
Conselhos Regionais de Psicologia
Centro de Referência Técnica em Psicologia
e Políticas Públicas — CREPOP

ETAPA SUDESTE

Diálogos em rede e desafios ético-políticos da Psicologia
nas Políticas Públicas: do desmonte à resistência

IX SEMINÁRIO NACIONAL
DE PSICOLOGIA E
POLÍTICAS PÚBLICAS
PSICOLOGIA NA DEFESA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS



Brasília, 2019

© 2020 Conselho Federal de Psicologia

É permitida a reprodução desta publicação, desde que sem alterações e citada a fonte. Disponível também em: www.cfp.org.br.

Projeto Gráfico: Agência Movimento

Diagramação: Agência Movimento

Revisão e normalização: Carlos Flexa | MC&G Design Editorial

Referências bibliográficas conforme ABNT NBR

Direitos para esta edição – Conselho Federal de Psicologia: SAF/SUL Quadra 2, Bloco B, Edifício Via Office, térreo, sala 104, 70070-600, Brasília – DF
(61) 2109-0107 E-mail: comunica@cfp.org.br/www.cfp.org.br
Impresso no Brasil – abril de 2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S471 Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas :
 Psicologia na Defesa das Políticas Públicas (9. : 2018 :
 Brasília, DF).
 IX Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas
 : Psicologia na Defesa das Políticas Públicas : volume 03 :
 diálogos em rede e desafios ético-políticos da psicologia nas
 políticas públicas : do desmonte à resistência ; etapa sudeste /
 Conselho Federal de Psicologia e Centro de Referência Técnica em
 Psicologia e Políticas Públicas. — 1. ed. — Brasília : CFP,
 2020.
 48 p. ; 21 cm.

 ISBN 978-65-86540-40-6
 ISBN 978-65-86540-42-0 (Coleção)

 1. Psicologia social - Congressos. 2. Direitos humanos
 - Aspectos psicológicos - Brasil. 3. Políticas públicas - Brasil.
 I. Conselho Federal de Psicologia. II. Centro de Referência
 Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). III. Título.

CDD 323.40981

Bibliotecária: Priscila Pena Machado CRB-7/6971

Coordenação Geral/ CFP
Miraci Mendes – Coordenação Geral

Gerência de Comunicação
Luana Spinillo Poroca – Gerente

Coordenação Nacional do CREPOP/CFP
Clarissa Paranhos Guedes — Conselheira CFP
Mateus de Castro Castelluccio — Supervisor
Larissa Correia Nunes Dantas — Assessora
João Vinicius Marques — Assessor
Joyce Juliana Dias de Avelar — Estagiária

Integrantes das Unidades Locais do CREPOP nos CRPs

Conselheiras(os)

Leovane Gregório (CRP01); Vinicius Soares de Oliveira (CRP02); Gloria Maria Machado Pimentel, Mailson Santos Pereira e Monaliza Cirino de Oliveira (CRP03); Cláudia Natividade e Flávia Gotelip Correa Veloso (CRP04); Mônica Sampaio (CRP05); Beatriz Borges Brambilla (CRP06); Manuele Monttanari Araldi (CRP07); Maria Sezineide Cavalcante de Melo (CRP08); Mayk Diego Gomes da Glória Machado (CRP09); Valber Luiz Farias Sampaio (CRP10); Emilie Fonteles Boesmans (CRP11); Marivete Jesser (CRP12); Carla de Sant'Ana Brandão Costa (colaboradora CRP13); Beatriz Flandoli (CRP14); Laeuzza da Silva Farias (CRP15); Juliana Brunoro de Freitas (CRP16); Adala Nayana de Sousa Mata (CRP17); Karina Franco Moshage (CRP18); Bruna Oliveira Santana e Claudson Rodrigues de Oliveira (CRP19); Clorijava de Oliveira Santiago Júnior e Gibson Alves dos Santos (CRP20); José Augusto Santos Ribeiro (CRP21); Raissa Bezerra Palhano (CRP22); Ricardo Furtado de Oliveira (CRP23).

Técnicas(os)

Cristina Trarbach (CRP01); Maria de Fátima dos Santos Neves (CRP02); Natani Evlin Lima Dias (CRP03); Pablo Mateus dos Santos Jacinto (CRP03); Leiliana Sousa (CRP04); Roberta Brasilino Barbosa (CRP05) Edson Ferreira Dias Júnior (CRP06); Rafaela Demétrio Hilgert (CRP07) Regina Magna Fonseca (CRP09); Letícia Maria Soares Palheta (CRP10); Mayrá Lobato Pequeno (CRP11); Iramaia Ranai Gallarani (CRP12); Katuska Araújo Duarte (CRP13); Mônica Rodrigues (CRP14); Liércio Pinheiro de Araújo (CRP15); Mariana Moulin Brunow Freitas (CRP16); Zilanda Pereira Lima (CRP17); Érika Aparecida de Oliveira (CRP18); Lidiane de Melo Drapala (CRP19); John Wedson dos Santos Silva (CRP21); Lívia Maria Guedes de Lima Andrade (CRP22); Stéfhane Santana Da Silva (CRP23).

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA X
VII Plenário
Gestão 2017-2019

Diretoria

Rogério Giannini – Presidente
Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega – Vice-presidente
Pedro Paulo Gastalho de Bicalho – Secretário
Norma Celiane Cosmo – Tesoureira

Conselheiras(os) Efetivas(os)

Iolete Ribeiro da Silva – Secretária Região Norte
Clarissa Paranhos Guedes – Secretária Região Nordeste
Marisa Helena Alves – Secretária Região Centro-Oeste
Júnia Maria Campos Lara – Secretária Região Sudeste
Rosane Lorena Granzotto – Secretária Região Sul
Fabian Javier Marin Rueda – Conselheiro 1
Célia Zenaide da Silva – Conselheira 2

Conselheiros Suplentes

Maria Márcia Badaró Bandeira – Suplente
Daniela Sacramento Zanini – Suplente
Paulo Roberto Martins Maldos – Suplente
Fabiana Itaci Corrêa de Araujo – Suplente
Jureuda Duarte Guerra – Suplente Região Norte
Andréa Esmeraldo Câmara – Suplente Região Nordeste
Regina Lúcia Sucupira Pedroza – Suplente Região Centro Oeste
Sandra Elena Sposito – Suplente Região Sudeste
Cleia Oliveira Cunha – Suplente Região Sul (in memorian)
Elizabeth de Lacerda Barbosa – Conselheira Suplente 1
Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa – Conselheiro Suplente 2

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	06
1. ETAPA NACIONAL.....	10
PAULO MALDOS.....	10
ISABEL FERNANDES.....	16
2. O ESTADO E A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES VIOLADAS.....	30
SABRINA RIBEIRO CORDEIRO.....	30
ESTHER MARIA DE MAGALHÃES ARANTES.....	43
3. DEFESA, GARANTIA E PROMOÇÃO DE DIREITOS HUMANOS PARA O POVO BRASILEIRO.....	52
SYMMY LARRAT.....	52
4. O PROTAGONISMO DE USUÁRIAS/OS NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	61
MIRIAM ABOU-YD.....	61
LAURA FUSARO CAMEY.....	67

APRESENTAÇÃO

O Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas é uma realização do Conselho Federal de Psicologia, organizado pelo Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas-Crepop. Para sua nona edição, realizada em 2018, o XVII Plenário do CFP deliberou pela realização de eventos descentralizados, em parceria com os Conselhos Regionais de Psicologia, buscando maior abrangência, capilaridade mobilização e aproximação da categoria.

Sob o tema central “Psicologia na Defesa das Políticas Públicas” os Seminários foram organizados como uma ação em favor da democracia e contra o desmonte das políticas públicas. As etapas regionais se propuseram a discutir diferentes temáticas, como: corte de recursos e desmonte das políticas públicas, crise política, educação, laicidade, seguridade social, populações indígenas e quilombolas, questões de gênero, raça e diversidade sexual, modos de subjetivação e resistência, todos esses, temas caros para a Psicologia e presentes no cotidiano da atuação nas diferentes políticas públicas demarcam uma dimensão ético-política do exercício profissional.

É preciso localizar o momento histórico deste documento, para que se compreenda o contexto e a efervescência política que regia, e ainda rege, os modos críticos e afetivos de se posicionar diante dos fenômenos sociais, principalmente no que se referem às políticas públicas e aos direitos humanos. Antecedido por um processo de impedimento, 2018 deve ser lembrado como um ano eleitoral de profunda polarização política e ascensão do conservadorismo. Além disso, sustentada em uma perspectiva neoliberal, a solução

para os problemas econômicos do país era apresentada a partir da drástica redução de investimentos em políticas públicas, retirada de direitos trabalhistas e previdenciários. Desse modo, o que tínhamos era o anúncio do aprofundamento da desigualdade e da vulnerabilidade social.

Reafirmando e respaldado no Código de Ética do Psicólogo (CFP, 2005), que em seu Princípio III aponta que “O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural”, para o CFP era imprescindível reunir especialistas para dialogar com a categoria que atua nas políticas públicas sobre as consequências psicossociais de um cenário de redução de direitos.

Dito isso, ressaltamos a importância do contexto político, histórico e social no nosso saber-fazer. Cabe nos questionarmos quais têm sido os efeitos do desmonte das políticas públicas nas populações atendidas e como isso reverbera na atuação das(os) psicólogas(os).

A defesa das políticas públicas e o enfrentamento das desigualdades sociais fazem parte do compromisso social da Psicologia, pois tais políticas são espaços potentes para a garantia e o fortalecimento dos direitos humanos. Do contrário, os impactos psicossociais dos desmontes na subjetividade da população brasileira, assim como o sofrimento político gerado pela falta de acesso aos direitos sociais ascenderão a níveis ainda maiores.

Esta publicação é o registro das participações nas conferências, mesas-redondas e palestras no IX Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas. Agradecemos a todas(os) as(os) profissionais que contribuíram para publicação deste documento e que buscam por meio do seu saber-fazer um compromisso ético-político com o outro e com a realidade histórico-social. Ressaltamos a importância da cooperação com os Conselhos Regionais de Psicologia para o sucesso das atividades.

Evidenciamos, por fim, que as contribuições proferidas pelos especialistas são individuais e respaldam-se em pesquisas científicas ou experiências como profissionais. Assim, ao realizar este seminário, o CFP cumpre seu papel de atuar na divulgação, debate e problematização de temas relevantes para construção de políticas públicas que atendam às necessidades da população, também contribuindo para a ampliação do conhecimento técnico-científico da Psicologia como ciência e profissão.

XVII Plenário Conselho Federal de Psicologia

Texto aprovado em Plenária em 20 de setembro de 2019.

1. PSICOLOGIA NA DEFESA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

1.1 Exposição

Paulo Maldos¹

Bom dia a todas e a todos.

Queria agradecer muito a oportunidade de poder fazer essa análise com vocês. A gente faz uma provocação inicial e depois, junto com os outros colegas da mesa, faz um debate onde vamos poder aprofundar e receber as contribuições, certamente muito importantes, do conjunto de pessoas que está aqui e das que também estão acompanhando de longe.

Vou fazer uma análise de conjuntura um tanto diferente do que eu costumo e do que a gente vê por aí, que é menos cartesiana, digamos, mais tentando captar o momento histórico que vivemos. Como é um grupo de psicólogas(os), grupo muito especial, acho que não se trata tanto de fazer uma análise como se faz para um grupo de sociólogas(os) ou movimento social, mas tentar realmente captar a essência, digamos, do que estamos vivendo e sofrendo hoje, junto com a nossa sociedade e tentar, então, captar o movimento essencial,

¹ Conselheiro do CFP; membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos/CFP; ex-secretário nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República; ex-diretor do Instituto Sedes Sapientiae e ex-Coordenador do Centro de Educação Popular da mesma entidade.

objetivo e subjetivo, que vivemos hoje no Brasil.

Vivemos uma conjuntura marcada por retrocessos nos direitos sociais, nos direitos constitucionais e na destruição das políticas públicas. Qual é o motor desse processo? O motor que a gente vê é o ódio de classe, o mesmo ódio que gerou as ditaduras ao longo da história, mas agora não mais movendo as engrenagens militares, mas uma outra configuração, mais no campo ideológico, ou seja, um movimento das peças no Congresso Nacional, no poder judiciário, na mídia, com mobilização social nas ruas e nas redes sociais.

As elites moveram essas peças para fazer o seu jogo. Existe um acúmulo de ódio na nossa sociedade por parte das elites que vem, pelo menos, desde a Constituição de 1988. Essa Constituição foi muito além do que era aceitável para as elites dominantes; ela acabou se tornando uma espécie de disparador, foi o limite estabelecido pelas elites que foi ultrapassado. Lembrem-se que a nossa Constituinte teve uma forte participação popular; todos os movimentos que lutaram contra a ditadura desembocaram na luta pela Constituinte, participaram na própria Constituinte e na feitura da Constituição. Eram milhares e milhares de pessoas acampando em Brasília; acompanhando as comissões e subcomissões na elaboração da nova Carta; foram mais de mil indígenas, durante dias e dias, ao longo de semanas, em Brasília, acompanhando comissão, subcomissão... até verem que seus direitos eram inscritos, além de muitos outros segmentos populares, segmentos que chegavam com um milhão de assinaturas em torno de uma proposta de direito constitucional.

Enfim, foram ultrapassados os limites que as elites esperavam que a Constituição deveria estabelecer; os movimentos sociais que surgiram e cresceram durante a luta contra a ditadura deixaram sua marca na Constituição e seguiram conquistando direitos e construindo políticas públicas nos governos Collor, Itamar Franco, F.H.C., Lula e Dilma, ou seja, a partir da Constituição,

da sua promulgação, os movimentos sociais continuaram participando politicamente, aprofundando aquilo que buscaram na Constituinte, transformando os direitos em novas políticas públicas, através de todos os governos que vieram em seguida.

A força e a legitimidade dos movimentos sociais, por um lado, e o constrangimento e a falta de legitimidade das elites para impor outra agenda por outro lado, fez com que se avançasse sempre, com lentidão às vezes, com rapidez outras vezes, com erros e com acertos, mas sempre numa tendência ascendente de construção de direitos e políticas públicas e o ódio foi se acumulando nos espaços e na subjetividade das elites e dos seus instrumentos de poder, até que os limites de uma Presidência da República governada por uma mulher, ex-guerrilheira, ex-presa política, com muitas dificuldades do ponto de vista do diálogo político, do ponto de vista da articulação política, com muitas fragilidades de comunicação social e de mobilização social em torno do seu próprio programa, criaram o cenário ideal e a justificativa ideológica para o ataque frontal, e para o golpe parlamentar.

A Presidente Dilma, com seu estilo austero de governar, sofreu uma reação conservadora que produziu um imaginário social e uma falsa formulação, de que tirá-la de cena seria um benefício para a população. Essa foi a construção política do golpe.

O golpe parlamentar, que teve respaldo no Poder Judiciário, nas mídias e em parte da sociedade, destapou, tirou a tampa das represas de ódio de classe, cheias até o limite, que se liberaram como uma espécie de Usina de Itaipu com todas as comportas abertas. E hoje, então, é esse o cenário conjuntural, onde a destruição de direitos é diária; a destruição de políticas públicas é diária; as propostas mais regressivas são aprovadas pelo Congresso Nacional; as decisões mais anti-populares são tomadas pelo executivo e as teses mais desumanas são discutidas tranquilamente pelo Supremo Tribunal Federal. Paralelo a isso, na grande mídia, esse processo é naturalizado pelos comentários tendenciosos, pelas reportagens

manipuladas, pelos articulistas partidarizados, e nas redes sociais esse processo é potencializado. Não há limites para a devastação; o que, nas ditaduras, se fazia com armas, com prisão, com tortura e com desaparecimento de pessoas, com assassinatos políticos, hoje se faz com palavras, mas o objetivo que se tinha antes, por meio das armas e da tortura, e o que se tem agora, com as palavras, é o mesmo: destruição de conquistas sociais, redução do humano ao irreconhecível.

Para as elites, todos os crimes são ignorados ou perdoados, só sofrem penalidades aqueles que foram perdedores nas lutas intestinas da própria elite, aqueles que perderam na luta entre seus iguais das elites, esses acabam no cárcere, mas, no geral, os crimes são perdoados, são ignorados. Para os movimentos populares, crimes são inventados ou atos são distorcidos para serem punidos, a criminalização caminha a passos largos diariamente. A gente abre um WhatsApp ou entra em qualquer site ou rede social e está lá: “Sem-terra atacado”, acampamentos ou ocupações de décadas despejados, criminalizados, e as pessoas sem ter para onde ir e, às vezes, são duas mil famílias, sempre muitas famílias, sendo assim também na área urbana, com os sem-teto e os acampamentos e as ocupações nas cidades.

Existe um movimento radicalmente e declaradamente anti-popular em curso, isso que considero a essência do momento atual; trata-se de um movimento sem limites no seu ímpeto de terra arrasada. Seus protagonistas declaram sua desumanidade, com orgulho de poder praticar violências impunemente, com total liberdade, sem consequências para eles. Assim, afirmam algo o mais torpe possível com relação à mulher, com relação à população LGBTI, com relação ao indígena, com relação ao quilombola ou às crianças de rua, à população da periferia, e com uma espécie de prazer perverso. Existe uma espécie de gozo em exibir a violência de classe.

Parece que houve uma conexão do ódio de classe desse último período histórico com uma espécie de lençol freático,

composto por sentimentos, ideias, preconceitos, ideologias, que remonta aos 517 anos passados e que carrega ideias genocidas com relação aos povos indígenas, escravocratas com relação à população negra, preconceitos da primeira revolução industrial com relação aos operários, machistas com relação às mulheres, autoritárias com relação aos jovens. Parece que esse lençol freático, composto pela história das ideias da classe dominante, se conectou com as ideias atuais das nossas elites e emergiu na nossa conjuntura. Fluía tudo neste rio subterrâneo, no inconsciente coletivo das elites, e explodiu numa grande, não diria “contrarrevolução”, porque a gente não viveu uma “revolução”, mas numa espécie de “contracivilização”, explodiu tudo na grande “contracivilização”, estando em curso até os dias de hoje.

Se podemos fazer uma imagem, seria da barragem da Samarco, de Mariana, Minas Gerais, com lama tóxica vinda do século XVI até o século XXI e essa lama tóxica hoje está nas redes sociais, nas mídias, move seus instrumentos no poder legislativo, é legitimada pelo poder judiciário, opera no executivo e busca com que a verdade não seja reconhecida, a verdade que estamos num estado de exceção, com os direitos constitucionais suspensos e as políticas públicas sendo anuladas uma a uma, a partir do ódio de classe. Parece estar em curso, portanto, um processo catártico das elites no sentido de destinar todas as suas ideias e práticas brutais para impor derrotas sucessivas aos setores populares, em todas as conquistas sociais destes, desde a luta contra a ditadura e mesmo antes.

Os setores populares fizeram e fazem tentativas constantes de se contrapor e resistir a esse processo, mas não têm tido sucesso ou tiveram sucessos parciais, específicos, frente e esta imensa onda contrária. Os movimentos populares nunca deixaram de lutar, é um equívoco dizer que não houve luta nesse período, existem e existiram muitas greves e mobilizações, das maiores que tivemos na nossa história, com manifestações nas capitais e no interior. Mas o momento é diferente,

com um ataque que vem de todas as instâncias onde o povo, por décadas, veio construindo passo a passo suas vitórias, pois o povo veio construindo suas vitórias no legislativo, no executivo, mesmo no judiciário, conquistando reconhecimento de direitos.

Então, o que temos hoje é uma perplexidade popular, não passividade popular. Mas, como o processo é tão brutal e concatenado, contra os direitos sociais, naqueles espaços em que, nas últimas décadas, o povo fez um percurso de conquistas, o que a gente tem não é passividade, são lutas, tentativas de lutas, e uma imensa perplexidade, mas nunca passividade. É como se o povo dissesse: por aqui não adianta resistir, não adianta resistir com os nossos antigos métodos, não adianta resistir e lutar com as formas de luta que a gente construiu ao longo das últimas décadas, porque são exatamente essas formas de luta que estão sendo atacadas, ignoradas ou superadas.

O povo brasileiro, então, espera o processo “contracivilizatório” avançar para dar a sua resposta, necessariamente nova, fruto de um novo momento histórico, de um novo ciclo de lutas que deve se abrir, com novos métodos e com novos protagonistas.

O povo brasileiro está processando sua experiência, e vai responder a essa barbárie em curso à altura, assim que toda lama tóxica chegar ao mar.

1.2 Exposição

Isabel Fernandes²

Bom dia.

Eu gostaria de, mais uma vez, agradecer o convite do Conselho para estar aqui nesse espaço. Para mim é muito caro participar de todos os debates e das discussões do CREPOP. Eu tenho a vinculação do trabalho, uma vinculação pessoal muito grande com os debates do CREPOP, acho, e eu sempre digo isso, que o espaço do CREPOP não é só um espaço de pesquisa, mas é um espaço político muito importante; é um espaço de enfrentamento da categoria profissional. E já que o convite que me foi feito foi para discutir que espaços, que possibilidades que a Psicologia tem de fazer frente a esse desmonte das políticas sociais, das políticas públicas, eu já adianto que o CREPOP é um espaço fundamental, eu acho, nesse enfrentamento. Para situar a minha fala, para chegar à Psicologia, vou retomar rapidamente algumas questões sobre conjuntura de uma outra ótica, acho que o Conselheiro Paulo foi muito feliz nas observações que ele fez, só vou apontar exatamente por conta da perspectiva teórica com a qual eu trabalho numa perspectiva mais de o porquê existe também uma lógica estrutural de desmonte das políticas públicas que acabam por servir de berço econômico desse desmonte que vão subsidiar a emergência desse sentimento de intolerância,

² Psicóloga formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo (USP). Professora associada da UFRN e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Foi integrante da diretoria da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (Anpepp) gestão 2010-2012. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social. Atua com Teoria Social Marxiana, políticas sociais, políticas da saúde e assistência social, formação e atuação de psicólogos.

de um sentimento antipovo, um sentimento antimassa, enfim.

Vou pedir ajuda à Laura para me ajudar com esses eslaides. Eu acho que a primeira coisa, não vou me deter nessa parte, meu objetivo aqui é discutir Psicologia, mas eu não consigo discutir Psicologia sem falar desse contexto macroestrutural. Eu acho que a primeira coisa é entender que todo esse movimento que a gente vê hoje não é de agora; vem sendo gestado ainda no século passado e que faz parte de um contexto geral da ordem do capital; essa crise que a gente... que a gente vem justificando, inclusive uma série de medidas econômicas, de combate à crise. O discurso que a gente vê hoje na mídia, apoiem, por exemplo, a reforma da previdência, a gente precisa conter os gastos e a estratégia melhor de conter os gastos é conter os gastos sociais, que são muito caros. Vamos permitir com que as pessoas se aposentem. Do jeito que está, elas não vão conseguir se aposentar, que o funcionalismo público é o principal vilão da questão da previdência social... Tudo isso vem no discurso que visa a justificar certas medidas econômicas em nome de um combate à crise que se instaurou e que, na verdade, esconde um movimento que é um movimento característico do modo de produção capitalista, então, capitalismo e crise são sinônimos, o capitalismo opera com crises, crises mais restritas, crises mais amplas, conforme cada evento desses, a tendência é que cada crise seja mais profunda e ela seja mais demorada, vamos dizer assim. Então, o que acontece é que a experiência brasileira é tanto expressão dessa crise mais geral da sociabilidade do capital, como também é reflexo de uma entre várias experiências latino americanas que tiveram experiências de governos de centro-esquerda que sofreram uma pressão muito grande que acabou. Essa pressão acabou por destituir estes governos em toda a América Latina e substituir esses governos de centro-esquerda por governos conservadores, como nós vimos

ao longo dessa história. Então, o Brasil não foi exceção à regra e o golpe também não foi uma grande surpresa para quem acompanhou a evolução desses acontecimentos justificados também por essa crise que atribuiu a um Governo de centro-esquerda. No caso, governo PT, a responsabilidade pela eclosão desta crise no Brasil, que os analistas mais honestos e comprometidos sabem que, na verdade, essa crise vem muito antes do governo petista e, na verdade, não é uma crise brasileira, ela chega ao Brasil como rebatimento de uma crise, que é do capitalismo mundial. Obviamente, que o Brasil traz uma série de peculiaridades que vão atribuir uma característica especial à crise no nosso país e conjuga alguns vetores que eu vejo como duas fontes principais, que tem dois aspectos principais. O primeiro deles é que a gente consegue identificar um primeiro elemento que é uma desaceleração do crescimento que já vinha acontecendo há algum tempo e em segundo, ainda no governo Lula, que se prolonga pelo governo Dilma, são implementadas algumas medidas econômicas, algumas medidas de ajustes que precisavam de dois elementos principais para que elas funcionassem: o primeiro era que o Brasil se mantivesse exportando suas comódites, e para isso precisava manter ou até mesmo aumentar o preço dessas exportações, e a segunda era manter um elevado consumo interno. Então, não sei se vocês lembram, mas o incentivo ao consumo o incentivo ao crédito; até mesmo os programas de transferência de renda; o controle de taxas de juros; a isenção de impostos para carros... enfim, que nós tivemos durante alguns anos, tudo isso foram medidas para tentar manter os brasileiros consumindo bastante internamente. Só que essas duas medidas falharam absurdamente: o Brasil foi o país que teve a maior queda na exportação entre as trinta maiores economias e esse “bum” do consumo interno, na verdade, não aconteceu no nível em que se esperava... então, esses dois vetores foram decisivos

na entrada do Brasil, ou seja, na “marolinha” que virou *tsunami* e o Brasil, finalmente, de modo infeliz, é absorvido por essa crise. E o que acontece? A política social aparece como principal rebatimento nas consequências da crise que chega para o Brasil, porque o Brasil entra na crise e sobrevêm, como o conselheiro Paulo falou, o golpe. Vem uma crise de sustentabilidade do Governo, porque, na verdade, o governo Lula consegue manter durante a sua gestão, um pacto de conciliação de classes que ele não consegue mais sustentar; passa a bola para Dilma. Só que Dilma não consegue ter essa articulação com os dois campos, com o pacto de classe que estabelece ainda nas primeiras gestões do governo PT e esse pacto de conciliação de classes faz água e é onde sobrevêm o golpe e ela é destituída. Nesse momento a crise está no seu período extremamente intenso e sobrevêm as medidas de ajustes neoliberais com toda a sua força.

Então, que medidas são essas? São as medidas mais intensas possíveis e que cominam com a implantação imediata, por isso que a gente vê ganhos que foram gestados durante décadas serem cortados, serem eliminados muito rapidamente. Se a gente fizer uma análise no período do primeiro ano do governo Temer, por exemplo, o que se perdeu em termos de direitos sociais. Então, uma agenda que corre velozmente com a justificativa de que é preciso uma intervenção muito rápida e intensa para que se consiga compensar os efeitos dessa crise e o principal alvo, um dos principais alvos, na verdade, para além de uma agenda econômica é o corte de despesas acessórias como se diz e uma despesa acessória são as políticas sociais com o destaque para as políticas públicas.

E o que são essas políticas? É preciso que a gente entenda que a política social é uma resposta do Estado para enfrentar o que a gente chama de questão social. Essa questão social é definida como um conjunto de problemas postos pela emergência da classe trabalhadora por ocasião, da instauração do

modo de produção capitalista, no cotidiano é a manifestação da contradição capital trabalho, ou seja, todas aquelas consequências colocadas pela emergência da classe trabalhadora no processo de pauperização da relação capital/trabalho, ou seja, todas aquelas manifestações que sobrevêm advindas da pobreza, certo? Então, precarização das relações de trabalho, ausência de políticas públicas... já que é o alvo do nosso debate aqui, o trabalho dessas(es) profissionais, incluído o psicólogo, se dá, não nessa condição estrutural, não no que gera todas essas manifestações, mas sim, nas refrações dessa questão social, ou seja, a política social é gestada e dentro dela a política pública, ela é gestada para trabalhar nas franjas da questão social, nos rebatimentos da questão social e não na sua base, na sua estrutura. Essa estrutura não é atacada no modo de produção, ela não é atacada pela política social, não é atacada pela política pública, ou seja, todo trabalho que se faz, os psicólogos, como operadores da política, trabalham nessas franjas e o que nós fazemos com o psicólogo trabalhando em situações, em políticas públicas que não atacam as condições que geram essa desigualdade, por exemplo. Então, essa é uma questão que a gente precisa debater como operadores dessa política.

Pensando que essa política é gestada dentro de uma lógica que não visa eliminação da pobreza e considerando essa agenda neoliberal que vem exatamente para restringir direitos; para eliminar direitos, para restringir direitos, enfim, para retirar, inclusive, o papel de Estado; substituir o papel do Estado, por exemplo, pela sociedade civil, com incentivo, com retorno triunfal das ONGs, inclusive, substituindo fortemente o estado na prestação de serviços, está aí o programa Criança Feliz, que tinha um orçamento de 600 milhões de reais, com previsão para chegar a um bilhão de reais em 2018, enquanto a gente teve corte, por exemplo, na assistência social em alguns programas de mais de oitenta por cento, como foi o caso da proteção

social básica.

Existe uma mudança de foco da política social para uma política social cada vez mais minimalista, cada vez mais focalizada em que a gente precisa comprovar a pobreza para poder acessar essa política social, ou seja, uma política social que, de universal ou de universalizante, ela passa a ser cada vez mais restrita, cada vez mais focalizada, cada vez mais seletiva. Qual é o problema disso? Os dados do Banco Mundial para o Brasil, em 2017, mostram que até o final do ano, ou seja, até o mês que vem, cerca de dois milhões e meio de brasileiros vão cruzar a linha da pobreza. Nós temos aí uma população que cada vez vai ter menos acesso à política pública e uma população que fica cada vez mais pobre, ou seja, a gente vai ter um número maior de pessoas desassistidas e uma política mais restrita. Para nós, psicólogos, esse é um problema grande, porque a gente vai ter... Para nós psicólogos, não! Para os trabalhadores das políticas públicas, porque nós vamos ter uma demanda muito maior de pessoas em políticas públicas mais precarizadas. E a lógica da política não é mais uma política pública voltada para as pessoas em situação de pobreza. Ainda que, por exemplo, o SUS, seja uma política universal, nós sabemos claramente que ela não é uma política universal na sua operacionalização; ela não é uma política universal.

Pensemos aqui quantos de nós ou de conhecidos nossos que acessam exclusivamente o SUS, por exemplo. E o discurso agora é retirar as pessoas da situação de pobreza extrema. Ou seja, o foco agora é o trabalho voltado para os mais pobres dentre os pobres. Há agora uma lógica de combate exclusivo à fome e não mais a garantia de mínimos sociais, como já se discutiu ainda nos movimentos sociais da década de oitenta, que culminaram com a Constituição de 1988, e com a garantia dos mínimos sociais garantidos lá na Constituição.

E a segunda consequência importante, que o Conselheiro Paulo falou com muita propriedade, é a substituição de um

Estado de bem-estar social que, embora nunca tenha havido no Brasil, a gente sempre defendeu os seus princípios, certo? E a gente defende isso pela lógica da defesa intransigente dos direitos humanos por um Estado Penal, um Estado que, cada vez mais, criminaliza a pobreza. É o Estado que faz com que cada vez mais surja um forte sentimento antipovo, antimassa, racista, discriminador, punitivo, que faz com que se possa ir a público dizer que “bandido bom é bandido morto” e você seja aplaudido por conta disso; que faz a justiça com as próprias mãos, fazendo disso é uma coisa legítima. Enfim, coisas desse tipo, que a gente começa a naturalizar. Ou seja, se perde totalmente os princípios do que é o humano.

Esse é um elemento que é extremamente preocupante, principalmente quando a gente vai trabalhar com política pública. Afinal de contas, quais são os princípios que passam a reger a sociabilidade? Então, esse é um elemento extremamente importante e que está por trás hoje da discussão da política social nesse modo de produção que eu chamo atualmente de capital barbárie. E como a gente discute a Psicologia nesse cenário? Primeiro, quem é o alvo da política social hoje? A gente tem aí a população mais tradicional que a gente conhece, que é uma população ligada à ruralidade, povos e comunidades tradicionais, quilombolas, ciganos, indígenas, refugiados, população em situação de rua, jovens, adolescentes em conflito com a lei, pobres extremos, enfim... população negra, LGBT... Mas a gente tem uma nova população que é uma população que, anteriormente, não era usuária tradicional da política pública, que é a população, que, por exemplo, no Rio de Janeiro, passou a residir na rua, porque é uma população que saiu do mercado de trabalho e não conseguiu mais se inserir; pessoas, inclusive, com formação graduada. Então, esses novos pobres só fazem aumentar e fazer com que a característica dessa população seja cada vez mais diversificada.

Então, cabe aos psicólogos uma demanda agora que é

extremamente variada e que é um desafio para os profissionais que estão na ponta das redes, das diversas redes que compõem as políticas públicas. E os profissionais continuam trabalhando nessas franjas da questão social, ou seja, na operação, no cotidiano da política pública, nas condições extremamente difíceis que compõem, que caracterizam esse trabalho. Na verdade, nessa lógica de uma assistencialização cada vez mais minimalista, focalizada, pontual, com discursos como da intersectorialidade não se sustentam mais, porque é um grande desafio falar de intersectorialidade quando a gente tem políticas que estão cada vez mais fragilizadas.

Eu acho que o discurso da assistência social que, cujo financiamento, se se mantiver dessa forma, nós não teremos assistência social mais. Então, falar de intersectorialidade, falar de rede é inútil nesse momento, pelo menos, eu acho que a luta agora é para tentar manter, pelo menos, a política pública. E existe uma pressão, inclusive, para um retorno à psicologização de problemas sociais ao papel da(o) psicóloga(o) como pacificadora(or), como controladora(or), como rotuladora(or) e como, de uma certa forma, um auxílio à criminalização da pobreza. Então, há um lugar da(o) psicóloga(o) como um suporte para esse novo modelo de Estado, para esse retorno a esse estado extremamente conservador, criminalizador, tutelar, enfim...

E a Psicologia, a gente sabe que a ela tem uma conta histórica para pagar. Ela já ajudou muito em processos de tortura, a gente sabe disso. Inclusive, a Psicologia brasileira tem uma história que a gente tem essa dívida e é preciso que a gente tenha cuidado, porque ainda hoje somos convocados e muitos de nós ainda faz isso: práticas socioeducativas que são institucionalizantes, que são normatizadoras.

Sabemos que não somos só uma Psicologia e temos relatos disso, seja porque muitos de nós acreditamos nessas práticas, seja porque nós somos forçados de alguma forma a fazê-las e não conseguimos espaços ou não frequentamos espaços que

debatam e que nos deem suporte para que a gente faça frente a essas outras posturas nesses serviços públicos, porque esses serviços agora, principalmente, com essas novas formas de desregulamentação das relações trabalhistas, nós temos uma nova forma de precarização do trabalho, que é o trabalho por hora. E cada vez mais nós temos formas de sermos coagidos a fazer o que se espera que nós façamos, e não o que a gente acredita que deve fazer. Então, são elementos de contexto que eu acho que nós vamos precisar trabalhar para além do que é a Psicologia como ciência e como profissão, e são elementos que eu acredito que são de contexto e que a Psicologia vai precisar fazer enfrentamento com relação a isso também. E nós psicólogos somos convocados a atuar como mão de ferro do Estado. Vejam aí coisas, temas que são extremamente complexos, como, por exemplo, exame criminológico, avaliação para progressão de pena, depoimentos sem dano, parecer social, coisas que são extremamente polêmicas que cabem aos psicólogos responderem, inclusive, para decidir se a pessoa vai ser livre ou se não vai ser livre. São coisas extremamente complexas e que a gente acaba ou por não ter forças, porque você está numa situação em que você é coagido, — no sistema prisional, a pressão é extremamente grande. Existem relatos de profissionais que trabalham dentro do sistema prisional que estão com presos com o agente penitenciário do lado, armado, o profissional trabalha nesse tipo de situação e a gente termina agindo como mão de ferro do Estado mesmo. Então, como a gente pode se organizar para fazer frente a essas situações? Então, não se trata apenas de uma questão pessoal, se trata de uma questão da categoria mesmo, como que a categoria pode se organizar para discutir mais amplamente essas questões. Ou seja, é uma questão da categoria, mas é uma questão do contexto mais amplo também, a gente tem um contexto que tem forçado as profissões de uma forma geral a entrar nessa onda que é uma onda extremamente criminalizadora e

punitiva. Então, para além da Psicologia é preciso discutir essas práticas no âmbito da sociedade como um todo, e as perspectivas que escapam a esta lógica são extremamente, sofrem, digamos, muita resistência.

Psicólogos são ameaçados de morte, são demitidos... Estou falando de coisas que eu vejo... de psicólogos que precisam sair de serviços, porque são ameaçados de morte, porque pensam diferente, porque eles não fazem o que o seu gestor quer, o que o prefeito do município quer, ou porque o prefeito acha que ele vai querer concorrer a um cargo público, porque ele é muito legal e a comunidade gosta dele. Então, ele se sente ameaçado, coisas do tipo. E pensando do ponto de vista da profissão, sabemos que não há um projeto ético-político que seja a bandeira da profissão, um único projeto ético e político.

A Psicologia é uma categoria em disputa. Nós, aqui, acredito que, principalmente, quem está dentro do CREPOP, quem trabalha com políticas públicas acredita, tem algumas premissas para o trabalho. Mas nós não somos homogêneos. A gente tem uma série de colegas que têm questões teóricas, epistemológicas, metodológicas que são muito questionáveis na minha avaliação, que defendem modelos de sociedade, que, não necessariamente são os modelos que nós defendemos. E essa Psicologia, essas psicologias têm projetos societários que estão disputando com os nossos.

E a práxis da(o) psicóloga(o) nesse contexto como fica? Eu penso o seguinte, a meu ver, a práxis, necessariamente, precisa transformar a sociedade e a natureza obviamente ao mesmo tempo que nos transforma. Então, eu acho que a práxis é uma coisa que é uma via de mão dupla. Então espaços de discussão teórica só são importantes se eles tiverem uma interação com a prática.

Então, essa coisa de ficar só na discussão acadêmica ou só uma discussão prática, eles acabam se perdendo no vazio. Então, necessariamente, essa articulação para mim é

imprescindível. A práxis diz também de uma finalidade que é de um fim que não está dado. Então, é uma coisa que está por construir. Por isso que eu acho que espaços como esses, espaços como os que vão existir à tarde, eu acho que eles são extremamente importantes para se pensar nessas possibilidades. E, portanto, eu acho que práxis envolve ação, e na concepção do que nós discutimos aqui, eu acho que envolve ação política. Eu acho que envolve ação de resistência. Eu acho que envolve ação de organização, envolve ação de militância. Não digo, necessariamente, de política partidária, mas também, enfim... necessariamente, eu acho que envolve coletivos. E o que nos é possível como profissional em tempos de capital-barbárie. Eu trago aqui um trecho de um marxista chamado Ivan Mesarus, que eu acho que, independentemente dessas perspectivas teóricas e desses projetos societários em disputa no campo da Psicologia, eu acho que existe um elemento que pode nos unir e que pode constituir a base da construção de algo que a gente possa defender. Então, ele pensa o seguinte: enquanto nós estivermos nessa sociedade que criminaliza a pobreza, que criminaliza as pessoas pelo seu tom de pele, pela sua condição socioeconômica, pela sua orientação sexual; enquanto o livre desenvolvimento das individualidades estiver distante como está, nós precisamos atuar na defesa intransigente de uma cultura de direitos humanos. Então, a base, o mote da Psicologia precisa ser, pelo menos, na minha percepção, uma cultura de defesa intransigente dos direitos humanos, sem perder de vista, obviamente, um projeto emancipatório. A gente precisa lutar por uma sociedade, em que as pessoas, em que os homens não explorem uns aos outros, mas que eles se vejam como iguais. Então, mesmo que existam divergências teóricas é preciso que se lute, que se defenda eminentemente os direitos humanos. Que se defenda eminentemente os direitos sociais. É essa perspectiva, é esse o caminho que eu consigo enxergar, pelo menos, para o

campo da Psicologia, independentemente desses projetos societários. Talvez, algo da Psicologia fique de fora ainda.

Mas eu acho que se a gente pensa nessa defesa dos direitos humanos e dos direitos sociais, eu acho que a gente consegue unir, eu acho que a gente consegue, pelo menos, uma unidade na diversidade. E aqui elementos envolveriam essa construção de uma práxis comprometida com a defesa dos direitos humanos. É óbvio que a gente precisa de uma análise de contexto histórico. Eu acho que o Paulo mostrou isso. Eu acho que eu mostrei um pouco disso. Acho que a gente mostrou um pouco dessas condições políticas, institucionais. Eu acho que a gente não pode fechar os olhos para isso. Eu acho que essas coisas constituem limites, mas também constituem possibilidades de a gente encontrar fissuras nesses campos, de a gente procurar brechas para conseguir implantar projetos alternativos, obviamente, inclui as iniciativas pessoais, certo? É possível que a gente precise buscar se organizar. A gente precisa procurar se aproximar dessas discussões e, sem dúvida, a organização da profissão, e eu acho que a organização da profissão, os espaços são esses. Eu acho que o Conselho tem um papel decisivo e tem promovido espaços, tem promovido muitos espaços para que esses debates aconteçam. Então, eu acho que estar nesses espaços é essencial, inclusive, para potencializar as nossas ações e para a gente perceber que nós não estamos sozinhos, porque o cotidiano do trabalho é tão pouco potente diante de tantos revezes que a gente encontra, que discutir alternativas, estar com os outros e construir estratégias conjuntamente... eu acho que é um elemento extremamente importante. E quem sabe pensar na construção desse projeto ético-político, na defesa desses direitos humanos. Que a gente sabe que a gente não vai, nós sabemos que nós não vamos acordar uma única abordagem teórico-metodológica; a Psicologia nunca vai conseguir ter consenso em uma abordagem teórico-metodológica; sabemos que não vai ser toda e

qualquer psicologia, com certeza.

Sabemos que existe uma ideologia predominante que a gente precisa fazer frente como cidadãos antes de sermos psicólogos; sabemos que existe uma dimensão ética e uma dimensão política na nossa ação, é preciso atentar, ter sempre no horizonte a serviço de quem está à nossa prática. Quando eu falo em dimensão política, não falo em dimensão político-partidária. Eu falo exatamente de uma reflexão acerca de a quem nós servimos. Se somos trabalhadores da política pública, nós estamos servindo a quem? Estamos servindo ao Estado, lembrando que esse Estado é um Estado neoliberal; é um Estado que não está visando a eliminação da pobreza; ele não está visando a garantia de direitos sociais, especialmente no momento atual. Então, a serviço de quem nós trabalhamos? E essa reflexão vai se dar exatamente por meio dessa práxis, que é a reflexão cotidiana sobre a nossa prática. Eu não vejo outro caminho para Psicologia ou para qualquer outra profissão que esteja no campo da política pública e, principalmente, a Psicologia, que é um campo tão cheio de diversidade, que não comece por aí e é imprescindível que a gente compreenda as determinações desse cenário, não é mais tempo de ingenuidade, então, a Psicologia precisa se organizar, se manter organizada e elevar seu nível de organização e, principalmente, se organizar não só mais como categoria, mas também se organizar dentro de outros campos, com outras categorias profissionais em direção a um projeto societário mais amplo. Eu acho que se começa por aqui, mas se a gente entende que esse contexto macro-estrutural é um contexto que, realmente, está se agravando em um nível que tem engessado de forma significativa o nosso trabalho, as nossas ações em defesa dessas garantias, desses direitos sociais e desses direitos humanos, é preciso que a gente saia da Psicologia; amplie essa organização da Psicologia com outros cenários, com outros grupos, com outros movimentos,

seja de outras profissões, seja de outros campos. E discutir a possibilidade desse projeto ético-político é ter essa análise muito clara, porque é essa análise que vai nos dizer quais são esses limites e, principalmente, esses limites do nosso trabalho, esses limites do nosso contexto, o que esses limites nos colocam e como que a gente pode enfrentar esses limites e que respostas nós estamos dando para essa conjuntura, nós estamos servindo essa conjuntura, nós estamos respondendo essa conjuntura de que forma? Que respostas técnicas nós temos dado? Que respostas políticas nós temos dado para esse cenário muito mais amplo? Porque durante muito tempo, a história da Psicologia mostra que, durante muito tempo, nós servimos a um grupo, a uma elite. Então, muito mais recentemente na história da Psicologia, nós começamos a pensar efetivamente e a defender um outro projeto político. Então, somos relativamente jovens na defesa de um projeto de classe e de uma classe que não era uma classe dominante e eu acho que nós avançamos muito nessa direção, precisamos continuar avançando. Então, para finalizar, eu só queria deixar essa mensagem que diz, nós nos pedimos com insistência, nunca digam: “Isso é natural”, diante dos acontecimentos de cada dia, numa época em que corre o sangue, em que o arbitrário tem força de lei, em que a humanidade se desumaniza... Não diga nunca “Isso é natural”, a fim de que nada passe por imutável. Obrigada.

O ESTADO E A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES VIOLADAS

Sabrina Ribeiro Cordeiro³

Relações Etnico-Raciais e Segurança Pública

A população negra brasileira, especialmente a juventude, é alvo de inúmeras materializações da lógica penal. O sistema penal, com os aparatos jurídicos e policiais, se constitui e especializa em torno da construção de um sujeito perigoso, alvo de repressão, contenção, e anulação social. Vemos ver sendo operada uma divisão entre potenciais “cidadãos de valor” de um lado, e uma horda de “delinquentes” de outro, a depender de sua localização etária, racial, social e geográfica. Assistimos e fazemos parte de um cenário de naturalização de estratégias de controle e coerção sobre os sujeitos, em especial jovens, negros, empobrecidos, residentes das periferias das cidades brasileiras.

Abdias do Nascimento nos diz:

“ser negro é um fato político neste país, um fato decisivo na distribuição do poder, da justiça e das oportunidades. O negro e a comunidade negra são agredidos e reprimidos por serem

3 Conselheira Efetiva do V Pleno do Conselho Regional de Psicologia da 16.^a região — Espírito Santo. Pós-graduada em Psicologia em Interface com a Justiça pela Faculdade Salesiana de Vitória, mestre em Psicologia Institucional pela Universidade Federal do Espírito Santo.

negros, a definição da prisão arbitrária do negro também se impõem como uma prisão política” (NASCIMENTO, 1982, p. 21).

Há uma identificação fenotípica dos sujeitos tidos como perigosos: sua pele é escura. Há também um confinamento geográfico dessas pessoas nas periferias, nas favelas, nas cadeias. Quando encontrados em bairros nobres, são varridos. A polícia e a política da segurança pública operam como braço forte do Estado na tarefa de eliminação desse sujeito construído como inimigo da ordem e da paz social.

Desde a escravização, desde o ventre das mães pretas, passando pela negação do seio materno para que crianças brancas pudessem ser nutridas, ao trabalho escravo precoce, ao tronco à chibata — no percorrer de todos esses anos da Colônia até hoje, produzimos certos modos de conviver em sociedade profundamente marcados pela violência, uma violência que alcança em muito maior escala as vidas de pessoas negras. Na história do Brasil, os corpos negros sempre foram arrebanhados e domesticados por meio do emprego indiscriminado de violências diversas e de morte sobre sua carne.

Vera Malaguti (2003) segue com esse raciocínio ampliando a reflexão para a construção do sistema penal brasileiro. Este sistema historicamente orientou-se à contenção de sujeitos negros empobrecidos. Mesmo com o fim do período escravista os negros “libertos” e mestiços continuaram a ser considerados degenerados por excelência, constituindo população perigosa e portadora de patologias morais de efeito devastador à sociedade brasileira moderna em ascensão. Os discursos médico e criminológico produziram as avaliações científicas necessárias para a sustentação dessa crença, oferecendo as ferramentas certas para o “exercício de uma repressão penal extrema sobre os grupos localizados nas regiões inferiores do espaço social e urbano”, produzindo “o policiamento seletivo, o viés judicial manifesto baseado em classe e cor, o

tratamento cruel de infratores, o desrespeito rotineiro a direitos fundamentais e a indiferença ao consumo de corpos negros” (MALAGUTI, op. cit., pp. 8-9).

Essa estratégia de dominação, exercida inicial e primordialmente contra os escravos, fala de uma “estética da escravidão”, que persiste até os dias de hoje com a finalidade de fazer a manutenção da rigidez da hierarquia sócio-racial no Brasil. Hoje o foco dessa política de extermínio incide sobre a população negra mais jovem, acoplando a marca racial ao que Vera conceituou como “capitalismo de barbárie”, cuja estratégia central é a ampliação em larguíssima escala do processo de criminalização via controle social. Isso “vai fazer com que essa população que deixa de ser assistida pelo desmantelamento do estado social comece a ser assistida pelo sistema penal” (MALAGUTI, 2016).

Alguns dados sobre o sistema prisional mostram que o perfil do público majoritário que está encarcerado no Brasil é de negros (pretos e pardos), jovens, com baixo nível de escolaridade, residente das periferias das cidades, apreendidos por roubo e tráfico. Esses dados confirmam, mais uma vez, que numa sociedade capitalista, o que tem maior valor não é a vida, mas a propriedade, os bens permanentes e de consumo, e sobre a produção de relações de legalidade-ilegalidade que sustentam o funcionamento do sistema econômico e político. E uma vez que o Direito opera como braço institucional do Estado na manutenção destas relações, sua tarefa primordial é a de justamente garantir que estas relações de consumo sejam valorizadas como superiores às relações entre os sujeitos, entregando para o sistema punitivo as vidas que colocam em risco a estabilidade dessas relações.

Sobre as taxas de encarceramento oriundas da tipificação do ato infracional de “tráfico de drogas”, análises específicas se fazem necessárias. Em 2006 foi sancionada a “nova

lei antidrogas”,⁴ que veio a se tornar um mecanismo formal de exercício do racismo via política penal. Através dessa lei fica instituída a classificação de um sujeito como usuário ou traficante a partir da quantidade de droga apreendida com ele, cabendo à chamada discricionariedade judicial determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, considerando “quantidade da substância apreendida, local e condições em que se desenvolveu a ação, circunstâncias sociais e pessoais, bem como conduta e antecedentes do agente”.⁵

Essa medida efetivamente se traduz como ferramenta legal de aplicação de condenação penal baseada em indicadores geográficos, sociais e raciais na separação entre a parcela da população que faz uso de drogas e a parcela supostamente responsável por alimentar o tráfico, o que produziu nada além da retirada do sujeito preto e pobre do lugar de usuário, promovendo-o à condição de traficante. Essa lei institucionalizou o crime de tráfico de drogas como o principal instrumento de captura e extermínio da juventude negra.

O jovem de periferia se relaciona com a droga, em especial: por meio do comércio, uma forma acessível de participação econômica a partir das muitas limitações à sua inserção sistema produtivo capitalista; ou do uso, numa busca por anestesia de necessidades fundamentais e profundas lacunas subjetivas não sanadas. Desses sujeitos acredita-se que tudo pode ser tirado, que o Estado pode dispor de suas vidas. A política de drogas, bem como as demais políticas sociais opera, no fim, uma gestão da miséria. E não estamos falando somente da pobreza material elevada ao seu extremo, mas também de uma miséria subjetiva — de um esvaziamento dos sujeitos pelo Estado que os quer

4 Lei n.º 11.343, de 23 de agosto de 2006 — institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre drogas.

5 Id. Artigo 28, § 2.º

amortecidos, anestesiados, impotentes, dóceis. Local da completa marginalização.

O Atlas da Violência de 2018 (IPEA; FBSP, 2018), publicado na última terça-feira, dia 05 de junho de 2018, traz dados atualizados sobre o encarceramento e a letalidade da população negra. “A conclusão é que a desigualdade racial no Brasil se expressa de modo cristalino no que se refere à violência letal e às políticas de segurança. Os negros, especialmente os homens jovens negros, são o perfil mais frequente do homicídio no Brasil, sendo muito mais vulneráveis à violência do que os jovens não negros. Por sua vez, os negros são também as principais vítimas da ação letal das polícias e o perfil predominante da população prisional do Brasil” (IPEA; FBSP, 2018, p. 41, 2018).

Foucault, em “Nascimento da Biopolítica” (2008), fala que o Estado é “correlato de uma certa maneira de governar”. O Estado brasileiro está profundamente implicado em uma forma de governar que se apóia em divisões bastante precisas entre grupos sociais e raciais. Há uma separação entre as vidas que devem ser preservadas e aumentadas em capacidade de produção e acúmulo de capital, e outras que ocupam posição oposta em relação às garantias e privilégios. Esses últimos, que Malaguti (2003) chamou de *consumidores falhos*, são julgados pelo critério de pureza, que na sociedade capitalista se identifica com a capacidade de consumo.

A política de segurança pública, os modos de vigilância e sequestro dos corpos identificados como perigosos no espaço social, vem dar legitimidade e contorno formal ao monopólio legítimo do exercício da violência de Estado (CLASTRES, 1974). É construída toda uma leitura social, racial e geográfica dos locais e dos sujeitos de risco. Esses sujeitos, que habitam e circulam nesses espaços, passam de sujeitos em risco, para sujeitos de risco, sendo tornados, por fim, sujeitos perigosos. Aquela parte da sociedade que precisa ser submetida, controlada e, no limite, exterminada, em nome da segurança de uma

outra parcela da população, tida como normal, ideal, desejada.

A noção de risco e de sujeito perigoso, moduladas a partir da lógica penal que permeia esses processos que nos atravessam a todos no contemporâneo, incidem sobre a população negra e pobre como flecha certa, criando o cenário propício para a consolidação dessas relações de sentido que vinculam pobreza e criminalidade. O medo e a insegurança nas cidades alimentam o clima de tensão e cresce o desejo de prisão e morte para as jovens de periferia. Essas, que insistem em desfilarem por aí sua desobediência, testando os limites do discurso do respeito e da diversidade, incomodam e tensionam, em atitude de insubmissão e indiferença aos acordos coletivos dos quais jamais participaram.

No Brasil, o grupo racial branco é o detentor histórico das condições econômicas e políticas que garantem acesso privilegiado a bens, direitos e serviços, em contraposição ao grupo racial negro, que vem sendo, desde sua chegada ao Brasil, escravizado, expropriado dessas mesmas condições. Isso define a desigualdade como marca indelével em nosso processo de constituição enquanto nação e não há mais como se esquivar desse debate. Qualquer leitura responsável acerca da forma como o Estado brasileiro se propõe a lidar com a questão da pobreza e da criminalidade precisa se curvar a análises sérias e profundas na direção do racismo estrutural que nos marca e define como povo. Naturalizou-se o lugar do negro “[...] da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos ‘habitacionais’” (GONZALES, 1982, p. 15). De quem são os interesses manipulados pelo poder público na execução das políticas, sob essa ótica? E nessa razão que manipula interesses, qual a importância e o lugar das vidas negras marginalizadas, que à semelhança das senzalas, confina e reduz suas vidas à subalternidade?

O Estado confisca o conflito, emudece os sujeitos envolvidos nas contendas e cria artificialmente um cenário de

mediação, que dá lugar à criminalização de atos e pessoas e ao aprisionamento como resposta. Desse modo se dá a produção progressiva do desejo de prisão — de aplicação de penas cada vez mais duras, chegando mesmo à aceitação da aniquilação do outro, da demonização e expulsão daquele que constrange e incomoda o grupo dos humanos.

Assim se dá a construção do inimigo a ser eliminado, seja pela morte física propriamente dita, seja por estratégias mais sutis e menos explícitas de anulação e abandono à própria morte. Para falar disto Foucault (2005) usa o termo *racismo de Estado*. A partir do final do século XIX e início do século XX, com a passagem da tomada de poder sobre o corpo (estratégias de disciplina dos indivíduos) para sua composição com novas tecnologias de controle dos processos de subjetivação da população (mecanismos regulamentadores totalizantes), passou-se a produzir um fenômeno em que a sociedade “vai exercer sobre ela mesma, sobre seus próprios elementos [...] um racismo interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social” (FOUCAULT, 2005, p. 73).

No Brasil, esse grupo de vidas que se torna matável, esses sujeitos “infames” produzidos pelo racismo de Estado, coincide com o grupo racial negro. Último país a abolir formalmente a escravidão, o Brasil o fez não pelos efeitos da comoção social produzida por uma princesa branca, mas pelo medo da revolta negra, pelo pavor que se alastrava entre a população a cada movimento revolucionário. Como precursores dos movimentos sociais, as negras se organizavam clandestinamente, em vários diferentes cantos do país, associando-se, promovendo revoltas locais, fugas individuais e em massa, e ataques aos senhores brancos, articulando estratégias de sobrevivência e de resistência. Até hoje símbolo de ameaça, negras lutam até a morte sem ter nada a perder, uma vez que já lhes foi tirado quase tudo.

Impossível não notar a semelhança entre essas revoltas negras históricas e os atos de afronta e insubmissão da juventude negra. Impossível também desviar o olhar de uma leitura crítica de nossa história, entendendo que a acumulação primitiva do capital no Brasil provém da escravidão. O enriquecimento desta nação se deu por espoliação direta das riquezas dos povos negro e indígena escravizados, da força de trabalho das negras e índias açoitadas, bem como da multiplicação do contingente escravo pelo estupro desses corpos. Segundo Hasenbalg & Silva, não há como negar que:

[...] o racismo é um dos principais organizadores das desigualdades materiais e simbólicas que há no Brasil. Ele orienta os modos de perceber, agir, interagir e pensar e tem função social específica: a estratificação racial e a perpetuação do privilégio do grupo racial branco, ou seja, por meio de processos econômicos, culturais, políticos e psicológicos, os brancos progridem à custa da população negra” (apud CFP, 2017, p. 26).

Desde o período escravista, a população negra do Brasil vive em condição de extrema desigualdade política em relação ao grupo racial branco, sendo alvo de contínuas investidas de poder na direção de sua anulação. Essas estratégias circularam entre medidas de “dissolução” da raça, por meio do incentivo à miscigenação e à europeização do país; passando pelo etnocídio, em que há um destacado esforço de apagamento da cultura negra africana nas raízes de nossa história; indo até as políticas de extermínio, cuja expressão máxima observamos de forma tão nítida nas políticas criminais e de encarceramento em massa. Reafirmamos Lélia Gonzalez, agora e sempre, quando diz que o lugar natural do negro passou das senzalas para as prisões:

A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista (segundo a polícia, todo crioulo é marginal até que se prove o contrário), tem por objetivo próximo a imposição de uma

submissão psicológica através do medo. A longo prazo, o que se pretende é o impedimento de qualquer forma de unidade e organização do grupo dominado, mediante a utilização de todos os meios que perpetuem sua divisão interna. Enquanto isso o discurso dominante justifica a atuação desse aparelho repressivo, falando em ordem e segurança sociais (LÉLIA GONZALEZ, 1982 p. 16).

Os setores que compõem essa população despossuída de direitos são herdeiros históricos do escravismo no Brasil, tendo se tornado “massas marginais urbanas que só conhecem a cidadania pelo avesso”, pela “opressão dos organismos do sistema penal” (MALAGUTI, 2003, pp. 102-103). Então, de quê cidadania estamos falando? Malaguti a definiu como cidadania negativa, atrelada a determinado grupo social racial para a fundamentação das amplas campanhas de disseminação do medo entre a população geral, referendando e consolidando as políticas de encarceramento e extermínio em plena expansão. O medo é um importante elemento agregador de mentalidades retributivas e proibicionistas, que tendem a corroborar explicações superficiais e individualizantes acerca da violência urbana, autorizando o Estado a “empreender a aniquilação cultural e física dos estranhos” (MALAGUTI, op. cit., p. 80).

Os sujeitos jovens negros, população específica que se localiza na borda desse aparelho de produção, refugio desse sistema de conformação pelo trabalho, são efeito de processos de subjetivação, submetidos a todo tipo de intervenção sob a justificativa de promoção de inclusão e integração nessa máquina social. É disso que fala a demanda de inserção e manutenção dessas jovens em programas de acompanhamento prolongado, permanente: da longa história de produção de sentido a partir da articulação de juventude, políticas sociais e Justiça.

Processos de subjetivação são as “maneiras pelas quais os indivíduos ou as coletividades se constituem como sujeitos”

(DELEUZE, 1992, p. 217). Assim, podemos falar de produção de subjetividades marginais, partindo do entendimento de que o “adolescente em conflito com a lei”, o “jovem criminoso” é efeito último da criação de um regime de verdade acoplado à razão de Estado para ocupar um lugar muito específico nos jogos de permissão e proibição da sociedade penal. São sujeitos fabricados para ocupar esse lugar social. Se existe um conjunto de práticas que produz um sujeito, necessitamos construir um conjunto de práticas outras, para construir um sujeito outro.

O Estado, com o suporte de instituições diversas de controle, elabora planos de ação permanente para conter esse contingente marginal que não se localiza dentro dos processos diretos de produção e ascensão da nação. Desse modo, as políticas públicas voltam-se para a organização da sociedade, passando a funcionar também como filtro e barreira para “a revolta negra”: isso fala de um medo muito antigo, herdado do período colonial, de que muitos pretos, se organizando, se lançando ao confronto sem medo de empregar a própria vida nessa empreitada. A reação estatal de hoje vai na direção de reunir as condições ótimas para desarticular, fragmentar e dominar, pela adesão, e não mais somente pela punição direta, pois trata-se de um grupo de pessoas muito numeroso, para os quais não há cadeia nem bala de revólver suficiente.

A pergunta que fica, a reflexão que o Brasil precisa fazer a todo momento, na hora do voto, nas reuniões de condomínio, com os amigos e familiares, nas escolas, nas políticas públicas é: quê tipo de segurança pública nós queremos? A quem esse modelo de segurança pública representa e presta serviços? Quais são os jogos de poder por trás dessa estrutura política institucional? Precisamos falar em desmilitarização, na constituição de polícias que sejam geridas pelo controle popular, pelos anseios e necessidade da população. Esses debates precisam acontecer e nós, que produzimos conhecimento por meio de nossas práticas cotidianas na ponta dos serviços,

em nossas pesquisas na academia, em momentos como esse, precisamos buscar instrumentalizar com análises e intervenções, a agregação de resistências dispersas, proliferando ações comunitárias, de base, disparando processos de tomada de consciência sobre a conjuntura política nacional, politizando (trazendo para o campo da disputa) nossa ação no mundo.

Olhando a história do nosso país é impossível não reconhecer que foi a população negra que desde o início foi colocada no ponto central da construção desse grupo de “degenerados” e “perigosos”, que comprometem a promessa de crescimento e desenvolvimento da nação. Há aí um projeto que deu certo, apoiado por teorias ditas científicas que justificam esse enquadre, construindo um discurso de inferioridade racial profundamente enraizado nos processos de subjetivação em curso. O que tem sido produzido a partir dos discursos técnicos psicológicos nos espaços de construção e execução das políticas públicas a esse respeito?

O fio da faca que esquarteja, ou o tiro certo nos olhos, possui alguns aliados, agentes sem rostos que preparam o solo para esses sinistros atos. Sem cara ou personalidade, podem ser encontrados em discursos, textos, falas, modos de viver, modos de pensar que circulam entre famílias, jornalistas, prefeitos, artistas, padres, psicanalistas etc. Destituídos de aparente crueldade, tais aliados amolam a faca e enfraquecem a vítima, reduzindo-a a pobre coitado, cúmplice do ato, carente de cuidado, fraco e estranho a nós, estranho a uma condição humana plenamente viva. Os amoladores de facas, à semelhança dos cortadores de membros, fragmentam a violência da cotidianidade, remetendo-a a particularidades, a casos individuais. Estranhamento e individualidades são alguns dos produtos desses agentes. Onde estarão os amoladores de facas? (BAPTISTA, 1999, p. 46).

Baptista (1999) diz que esses *amoladores de facas* são

sujeitos que encarnam e escamoteiam atos genocidas, uma vez que o que se produz de assujeitamento por meio dos discursos da normatividade retira da vida seu potencial criativo e experimental. Precisamos questionar os lugares que a Psicologia ocupa nas políticas públicas, como operadores das demandas de conformação e enquadre dos sujeitos à aceitação passiva da opressão praticada cotidiana por Estado e sociedade. Com isso, não estou de forma nenhuma dizendo que a solução é nos retirarmos desses espaços das políticas. Sou trabalhadora da política de assistência social há dez anos e apesar de todos os retrocessos, de toda a perversidade desse lugar que ocupamos, precisamos ocupar e resistir, produzir fissuras e frestas com esses sujeitos alvo das políticas de contenção do Estado, analisando com eles esse lugares que ocupamos, as relações desiguais de poder na sociedade, a violência estrutural da sociedade, a produção de sofrimento advindo do racismo institucional e muito mais.

Onde existir ainda a possibilidade do encontro com o outro, pode se dar também a produção de narrativas dos próprios sujeitos sobre si e a construção de estratégias coletivas de enfrentamento às opressões, de uma *contraconduta* face ao Estado, essas revoltas de conduta, resistência ao poder e ao governo do outro, movimentos de escapada das regras do outro sobre nossas vidas, na busca pela nossa própria maneira de condução de si (FOUCAULT, 2008).

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Luis Antonio. **A cidade dos sábios: reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades**. São Paulo: Summus, 1999.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac e Naufy, 1974.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações Raciais: Referências Técnicas para a atuação da(o) Psicóloga(o)**. Brasília: CFP, 2016.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: 34, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1982.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); (FBSP) FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Atlas da Violência, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&-view=article&id=33410&Itemid=432>. Acesso em: 18 nov 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Negro Revoltado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

MALAGUTI, Vera. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. Juventude Negra. Youtube, 2016. Palestra, 17 min e 48 seg. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=k-8vm8UDhzzg>>. Acesso em: 18 nov 2019.

Boa tarde a todos e todas.

Gostaria de dizer da minha alegria de estar aqui com vocês, neste seminário. Embora eu more no Rio de Janeiro, fiz o meu Bacharelado em Psicologia aqui na FAFICH-UFMG, quando ainda era na Rua Carangola, no Bairro Santo Antônio. Fui das primeiras turmas de Psicologia, quando o curso ainda estava se estruturando. Tenho muito carinho por Minas Gerais, por Belo Horizonte e pelos amigos que fiz e que continuo fazendo por aqui. De modo que é sempre uma alegria voltar a Belo Horizonte.

O assunto que me ocupa aqui, nesta Mesa, são as políticas públicas — assunto amplo, complexo, ainda mais considerando o momento atual, em que se ensaiam grandes retrocessos, significando a precarização da vida, principalmente dos mais pobres, e o desmantelamento da nossa ainda muito frágil democracia, que com tantas dificuldades vínhamos buscando construir a partir da Constituição Federal, de 1988. As propostas legislativas e administrativas em pauta são de destruição ou precarização das políticas públicas e de desmonte do nosso pouco Estado Democrático de Direitos, gerando muita miséria e sofrimento.

Não creio que algum de nós aqui esteja vivendo esse momento com alegria. Ao contrário, estamos perplexos, pessimistas, buscando modos de resistir e criar caminhos, mas, obviamente, pelo menos para as pessoas com mais idade, como eu, que vivemos o período da ditadura militar de 1964 e acreditávamos que isso tinha ficado para trás, é com muita tristeza que vemos tudo isso retornando, e com um potencial de destruição avassalador.

Estamos, a cada momento, sendo surpreendidos com diversas propostas de precarização de direitos trabalhistas e

previdenciários, direitos humanos, direitos civis e sociais, com ataques aos movimentos feminista, negro, indígena, quilombola, MST, meio ambiente, pessoas com deficiência, idosos etc.

Os recursos que até então eram destinados às políticas públicas — que mesmo previstos no orçamento não eram ainda satisfatórios —, são, a cada dia, retirados, diminuídos ou congelados. Assim, sem previsão orçamentária ou com orçamentos menores, a possibilidade de efetivação das políticas públicas se torna muito difícil ou mesmo impossível, dada a precarização dos contratos e das condições de trabalho nas redes de atendimento e nos equipamentos sociais.

Como professora universitária, posso dizer que a maioria das teses de doutorado e dissertações de mestrado das quais participei como Banca Examinadora ou como Orientadora nos últimos anos, falam de um mal-estar no trabalho. Mal-estar que diz respeito àquilo que os profissionais que trabalham na Assistência, Saúde e Educação (psicólogos, assistentes sociais, médicos, educadores) acreditam que devam fazer de acordo com sua formação ética e profissional, e as dificuldades concretas encontradas para este fazer.

Tais dificuldades são de diversas ordens, incluindo a própria demanda feita aos profissionais para que atuem como agentes de controle, mas aqui vou me limitar a mencionar apenas um ou dois pontos, para não me alongar demasiadamente.

Grosso modo, podemos dizer que nas décadas de 1960 e 1970, com a emergência dos movimentos libertários que tiveram lugar na maioria dos países ocidentais — como o movimento feminista, indígena, movimento negro, pessoas com deficiência, LGBTQI, luta antimanicomial etc. —, buscava-se ampliar o escopo do que se considerava normalidade, quebrando os enquadramentos, controles e binarismos que nos aprisionavam subjetivamente. Buscava-se ampliar a noção de normalidade, de tal forma a permitir que

diferentes modos de existência e estilos de vida, muitos dos quais até então considerados anormais, patológicos, inferiores ou deficientes pudessem ser vividos sem constrangimentos. O que significou ampliar o campo da normalidade para permitir que a diversidade humana, ou a diversidade do humano, com seus modos singulares de existir, pudesse habitar o mundo. Isto implicou, e ainda continua implicando, um trabalho crítico do pensamento, pela experimentação de novas formas de habitar o mundo e, também, de embates políticos, ideológicos e mesmo religiosos — nem sempre de fácil entendimento.

Mas, em que pese estes esforços e, tomando como referência as diversas edições do Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais — DSM, constata-se hoje um caminho inverso, ou seja, tentativas de diminuir o campo da normalidade, enquadrando, controlando, patologizando e medicalizando amplos aspectos da nossa vida. Comportamentos e sentimentos antes tidos como banais e muitas vezes próprios da idade ou de alguma situação particular, tornam-se sintomas de adoecimento que deverão ser tratados, preferencialmente com algum medicamento.

E esse fenômeno, que podemos chamar de medicalização da vida, tem como um de seus principais alvos as crianças. Assim, o próprio processo de inclusão do diferente ou das diferenças passa a pressupor e exigir ações medicalizantes.

Não se trata aqui de negar, de maneira generalizada, os diagnósticos e tratamentos nas áreas da saúde. Nada neste sentido. No entanto, trata-se de pensar o que significa o intenso movimento de reduzir questões sociais complexas a problemas individuais de comportamento, desajustes ou deficiências, requerendo tratamento.

Não tenho possibilidade aqui de me alongar neste assunto. Aos interessados, sugiro que vejam o importante documentário *Infância sob controle: Medicalização na infância*

(L'enfance sous contrôle).⁶

Outro ponto relevante para o nosso debate diz respeito ao que vem sendo chamado de judicialização da vida. Permitam-me, no entanto, antes de entrar propriamente no tema, fazer breve retrospectiva histórica: nós viemos de cinco séculos de opressão, de colonização, de escravidão; uma escravidão que ainda não terminou. Todos nós aqui no Seminário — a mesa de abertura, e agora, na fala dos nossos colegas desta mesa —, falamos de como essa escravidão ainda não passou, uma vez que ainda não conquistamos a igualdade, a equidade, o respeito às diferenças, o respeito à dignidade do outro.

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, em que pese a Constituição, de 1988. Talvez tenhamos caído no engodo de acreditar que bastaria colocar os direitos humanos e de cidadania na Constituição Federal para que eles fossem automaticamente respeitados. Não foi o que aconteceu porque, dia seguinte à sua promulgação, a Constituição já começou a ser rasgada.

Mas, enfim, os direitos estão lá, conseguimos colocá-los na Constituição dita Cidadã. No caso específico de crianças e adolescentes, o artigo 227 da Constituição diz que a criança e o adolescente têm direito à vida, à educação, à saúde, à convivência familiar e comunitária, ao lazer, ao esporte etc., além de estar a salvo de exploração, e violências e tal. Nenhum de nós é contra isso. Ao contrário, lutamos por estes direitos na Constituinte. E está previsto que estes direitos devem ser garantidos por meio de políticas públicas diversas, compondo um Sistema de Garantia de Direitos.

Mas, se somos favoráveis ao direito à educação, por exemplo, é necessário irmos além e perguntar: o que é educação?

⁶ Disponível em: <<https://psicanaliseautismoesaudepublica.wordpress.com/2013/06/11/documentario-infancia-sob-controle-medicalizacao-na-infancia/>>. Acesso em: 19 nov 2019

Somos a favor do direito à saúde? Sim, mas o que é saúde? Somos a favor do direito à proteção? Sim, mas o que é proteção?

Isso, na área da criança e do adolescente, tem causado muita controvérsia. Podemos dizer que, de A à Z, todos dizemos querer proteger crianças e adolescentes, mas muitos projetos e propostas são contraditórios e mesmo incompatíveis entre si.

Então, como entender essa questão? Façamos breves considerações sobre a Convenção sobre os Direitos da Criança, aprovada na ONU em 1989, e que, pela primeira vez, no plano internacional, pensou a criança como sendo sujeito de direitos, como titular de direitos. Até então, pela Declaração de Genebra (1924) e pela Declaração da ONU sobre os Direitos da Criança (1959), esta não era pensada como sujeito de direitos e sim como objeto de proteção. Objeto da proteção do adulto, da família e do Estado. E essa proteção à criança continua, não foi abolida pela Convenção. Só que, em acréscimo aos direitos de proteção, próprios das Declarações, novos direitos lhe foram acrescentados, direitos que anteriormente eram vistos como próprios apenas aos adultos.

É como se a Convenção dissesse: “Olha, a criança não precisa apenas de proteção, ela também precisa de liberdade; ela é um ser humano que possui dignidade; que tem direitos próprios, dela, que não dependem da boa vontade de outros. Em sendo assim, toda educação voltada para a criança precisa ter um caráter emancipatório, para que, na medida de suas capacidades e maturidade, ela possa exercer sua liberdade, sua participação, suas escolhas; para que possa, progressivamente, exercer seus direitos por si mesma”.

É bom lembrarmos que a Convenção usa o termo criança para definir as pessoas menores de dezoito anos. Neste sentido, uma criança pequena não vai poder exercer certos direitos por ela mesma da mesma forma que um adolescente. Na medida em que ela for crescendo ela vai ganhando capacidade e

autonomia, podendo dizer sobre suas escolhas e preferências, de acordo com parâmetros legais e culturais do estado nacional. Assim, crianças e adolescentes são, ao mesmo tempo, pessoas em desenvolvimento e sujeitos de direitos.

Para alguns autores, da corrente dita protecionista, críticos da Convenção, o fato desta afirmar ser a criança ao mesmo tempo pessoa em desenvolvimento e sujeito de direitos constitui uma grande contradição. Tais autores tendem a contrapor os “direitos da criança” ao “direito à infância”.

Particularmente, eu não considero que isso seja uma contradição, mas reconheço haver uma tensão entre essas duas condições — tensão que necessita ser pensada. Ou seja, como vamos pensar a criança que ao mesmo tempo é sujeito de direitos, que tem dignidade, que tem direito à participação, mas que também não pode ser colocada prematuramente em situações que ela não pode assumir por conta de sua pouca idade e imaturidade.

Esta questão nos remete principalmente ao artigo 12 da Convenção, quando afirma que a criança tem o direito de participar, tem o direito de dizer o que ela pensa, tem o direito de se expressar e de ser ouvida na sua expressão.

Eu entendo assim: a vida é expressão. A gente chora, se alegra, pula, abraça, dança, canta — há pouco alguém cantou aqui maravilhosamente para nós, lindo, viu? Obrigada por ter cantado para nós.

Então, ao vivermos estamos nos expressando, e a criança tem o direito de se expressar! dizendo o que ela pensa e o que ela quer, ainda que, não necessariamente, ela vá ser atendida. A criança pode dizer, por exemplo: “Não quero escovar os dentes; tomar banho; almoçar; ir para a escola”. Ao dizer isso, ela está se expressando, ela está dizendo o que ela quer, e a Convenção diz que ela tem esse direito. E o adulto deve escutá-la e levar sua fala em consideração, ainda que não necessariamente o desejo da criança vá ser atendido, assim como

para todos nós, já que existem as limitações colocadas pelas situações concretas, pelos outros, pela lei, e tal.

Desse modo a criança tem o direito de ser expressar e de ser ouvida, e a Convenção diz que tal direito vai ser exercido de acordo com a legislação de cada país, uma vez que, como documento internacional, a Convenção tem uma visão abstrata de criança, não contemplando a diversidade das infâncias existentes concretamente no mundo.

Em relação a isto, muitos são os autores que afirmam que a visão da criança que aparece na Convenção está mais próxima da visão ocidental. Recentemente, participando de um evento, ouvi de uma moça indígena algo mais ou menos assim: “No entendimento nosso, se a menina fica grávida com quatorze anos, quinze anos, isso não é considerado gravidez precoce. Nós temos formas de lidar com isso. Essa criança vai ser amparada pela tribo, pelos pais; ela não vai ficar desamparada. E a gente não considera isso precoce”.

Então, são outras formas de se relacionar com a vida e com o mundo; outras cosmologias, que foram invisibilizadas e desqualificadas no processo de colonização do Brasil.

Não sei se vocês se lembram de um fato ocorrido no Rio de Janeiro, creio que em 2015, em que dois homens insultaram e jogaram pedras em um grupo de pessoas religiosas, atingindo uma menina de onze anos na cabeça. Isto porque, na compreensão destes dois homens, as religiões de matrizes africanas são religiões do demônio e por isso se sentem autorizados a serem intolerantes e violentos. Então, vejam, ainda hoje encontramos pessoas falando que Candomblé é religião do demônio, coisa inventada lá pelos portugueses e jesuítas no Brasil Colônia.

Voltando ao artigo 12 da Convenção. Alguns autores querem entender que esse direito da criança lhe permite ser ouvida em juízo, podendo depor como vítima ou testemunha de crime. A própria Convenção sinaliza neste sentido. No entanto, essa não é uma questão simples, principalmente quando se trata de

criança pequena e/ou em situação em que se encontra traumatizada, e quando os suspeitos ou acusados são familiares ou pessoas muito próximas da criança.

Não que a criança não saiba falar. Isto também, porque, dependendo da idade e maturidade, a criança não sabe ainda diferenciar realidade e fantasia. Mas, independentemente disto, devemos também nos perguntar se é justo, se faz sentido, se é um procedimento ético, colocar uma criança de três, quatro anos, como tem acontecido, em uma situação de depoimentos. Ela entende a situação na qual está inserida? Ela sabe o que significa aquela fala dela? Que aquilo ali eventualmente pode levar à condenação do pai, da mãe? Ela compreende o peso que a fala dela pode ter como testemunha? Ela é, ao mesmo tempo, vítima suposta e testemunha? O depoimento dela deve ser considerado o único meio de prova?

Outro aspecto desta questão: dizem que o juiz não pode tomar o depoimento porque o juiz não sabe se dirigir à criança. Então, busca-se colocar o psicólogo, o assistente social, o educador para tomar o depoimento. Estes profissionais, de certa forma, vão agir como intérpretes do juiz. Vão buscar que a criança fale, fazendo a pergunta que interessa ao processo para a produção de prova. Apenas vão perguntar de outra forma. Mas é a mesma pergunta.

Claro que os psicólogos, assistentes sociais, médicos, pediatras, educadores, são profissionais da escuta. O psicólogo escuta, nos diversos lugares onde ele atua, e cada vez mais ele deve aprimorar essa escuta, mas devemos nos perguntar o que é a escuta para o psicólogo. Escutar, para o psicólogo, se confunde com tomar depoimento? Faz parte da formação do psicólogo tomar depoimento? É esse o entendimento do psicólogo sobre proteção da criança?

Estas são questões legítimas que os Conselhos de Psicologia e os psicólogos têm não só o direito como o dever de discutir. No entanto, com a polarização absurda existente

no Brasil de hoje, onde alguém que emite uma opinião contrária a outra tende a ser visto não como um oponente, como alguém que pensa diferente, mas como inimigo — o debate fica interdito. Eu já presenciei pessoas falando de maneira, digamos, indignada contra os Conselhos de Psicologia, indagando “como os Conselhos de Psicologia ousam discutir essa questão?” “Como podem achar que tomar depoimento não é proteger a criança? Como?”

Só para finalizar, porque o meu tempo já se esgotou. Havia um projeto de lei tramitando na Câmara dos Deputados, que recentemente foi aprovado, transformando-se na Lei n.º 13.431/2017.

Na época em que o PL estava tramitando, o Conselho Federal de Psicologia fez um esforço muito grande para que o projeto não fosse aprovado sem que houvesse uma Audiência Pública — o que não aconteceu, nem na Câmara dos Deputados nem no Senado.

Ao que tudo indica, existia uma urgência para esta aprovação, uma vez que ia haver em São Paulo um grande evento, com a participação do Rei e da Rainha da Suécia, e o Presidente Temer queria ter esse projeto aprovado como sendo um grande mérito do governo dele — o de aprovar a criação de um sistema de garantia da criança vítima e testemunha de crimes.

Sabemos que a ONG Childhood, criada pela rainha Silvia, é uma das maiores promotoras desse projeto no Brasil. Assim, creio ter sido este o presente dado à rainha, mesmo ao preço de não ter havido Audiência Pública para discuti-lo. E agora, que o projeto virou lei, é necessário disputar sua interpretação, uma vez que começam a aparecer interpretações em nada de acordo com o que foi efetivamente aprovado.

Muito obrigada.

DEFESA, GARANTIA E PROMOÇÃO DE DIREITOS HUMANOS PARA O POVO BRASILEIRO

Symmy Larrat⁷

Quando chega o corpo que as pessoas estudaram como do “menininho” e da “menininha”, esses dois corpos não é este aqui, transicionado, que tá na frente de vocês, então a pessoa não sabe como lidar com isso. Para além disso, quando tentam lidar, tentam readequar ao padrão normativo, binário, cisgênero, heterossexual, e por aí vai todo esse *rolê* que a gente já sabe. Então não entendem e colocam como patologia tudo o que rejeita essa norma, e não vai no X da questão. Não vai aonde está a questão do problema, que é exatamente o sofrimento provocado por esse preconceito, por essa negação desses corpos e dessas vivências, dessas possibilidades de vivência. E isso para falar da travestilidade e transexualidade, mas as práticas sexuais também são hoje causa de sofrimento.

Falo muito isso no movimento, a gente tem de voltar a falar de sexo, porque o sexo que a gente faz na sociedade é um sexo que tudo que dá prazer tem que ser escondido. “A gente faz sexo para procriar”, então isso está na nossa cabeça. A gente o tempo inteiro é imputado. Ou somos a vergonha ou somos o pecado, e isso nos persegue a vida inteira. Não só

7 Feminista, Puta, Travesti e mulher. Ativista e militante pelos Direitos Humanos LGBT, em especial pelo direito ao livre exercício da identidade de gênero. Trabalho como Coordenadora Nacional LGBT, Coordenou o Programa Transcidadania quando da sua implementação e hoje é Presidenta da ABGLT

a nós, as pessoas LGBT, mas a todas nós, porque quando a gente tem de fazer qualquer prática sexual fora do convencional, precisa ser à noite, no lugar escondido, — principalmente as mulheres, que são educadas para dar prazer a outros e para procriar, elas tem de viver sob esse sistema. Então qualquer coisa que nos dê prazer e que fuja a essa sequência, também nos causa sofrimento, porque a gente sabe o que acaba de fazer e baixa aquela culpa. Se a gente faz qualquer coisa mais bonitinha, se a gente sai da *sex shop*, já dá uma culpa, a gente se esconde.

Desse modo, debater sexualidade é uma coisa, debater identidade de gênero é outra, e debater sexo e prática sexual é algo que a gente tem de trazer para os nossos espaços também, porque isso remete a todas nós. E esses espaços acabam o tempo inteiro nos imputando a culpa, e, como não querem debater isso de forma franca, optam por nos colocar numa “caixinha”, que é mais fácil. É mais fácil seguir o padrão.

É como no Irã. Lá se a pessoa é gay, lésbica, não pode. Mas se você fizer a transição o Estado vai lá e paga. Então você é colocada numa caixinha: tem de fazer a cirurgia, tem de se adequar ao negócio porque é padrão para a gente, porque é aceitável, é tolerável pelo que passa aqui na garganta. Não passa na garganta qualquer outra possibilidade. E aí começam a nos proibir de tudo. Tudo começa a ficar feio na gente. Tudo começa a ser um problema: o nosso beijo é um problema; nosso afeto é um problema; a nossa maneira de vestir é um problema; a nossa maneira de falar é um problema.

Eu me lembro de quando era criança, quando eu andava dentro de casa, mãe falava o tempo inteiro para mim: “Para de rebolar, menino! Fala grosso!”. Quero dizer, é um controle da nossa existência, como se a nossa possibilidade, que quando eu perguntava porque que ela fazia isso comigo, ela dizia assim: “Porque senão ‘tu’ não vai ter emprego. Desse jeito aí ‘tu’ não vai te empregar. Então eu faço para o teu

bem”. Gente, eu não estou culpando a minha mãe de nada, minha super-amiga hoje, amigona. Mas é isso o que acontece. A gente o tempo inteiro está sendo policiada, porque a gente não sabe como vai ter emprego, como é que a gente vai sobreviver sendo quem somos, da forma que somos, porque isso incomoda. Mas, para mim, os incomodados que deviam se mudar, ou ajudar a mudar o mundo, e não aceitando e reproduzindo essas práticas que nos causam sofrimento.

E quando chegamosa esses espaços, acabamos fazendo o que já foi falado aqui, é um remédio que tem de resolver. Aí o médico vai olhar para mim, e vai se perguntar assim: “qual é o remédio que eu vou lhe dar?”. Alguns deputados dizem que tem de ser uma surra; outros, em púlpitos, defendem os nossos assassinatos. E o médico? Ele vai olhar para a gente e vai dizer o quê? Que receita ele vai nos dar? Vai dizer que é bipolaridade? Sei lá. A receita é o quê? É a cirurgia. Mas até chegar à cirurgia há um monte de coisas que podem nos ajudar. Então, pensando nisso, a gente construiu o Projeto Transcidadania. Porque, para mim, é o que mais se aproximou das nossas necessidades, mesmo com todas as dificuldades que tinha para implementar – porque hoje tem bem mais, porque tudo já está indo para o ralo. Então, não queríamos reproduzir o preconceito, tínhamos que pensar: quais são os remédios que tem de estar na nossa receita? Falando especificamente de travestis transexuais, já que a gente viu que as nossas outras letrinhas a gente já se encontram inseridas nos outros espaços.

A gente falou: bom, temos que promover um debate, que é o que eu acho que falhou nas diversas políticas públicas para os diversos enfrentamentos de classes e de raças e de outros. É preciso debater com essa pessoa, com essa sociedade doente. Vamos mostrar aonde está a doença. Vamos debater Estado, vamos debater poder, porque essas pessoas que foram para o Ciência sem Fronteiras, que tem Bolsa

Família, muitas delas, iam lá, sacavam, e a gente achava que estava mudando o mundo, e não se dava o trabalho de se sentar com essa pessoa e explicar para ela porque que ela estava ali, e como ela poderia promover uma disputa na sociedade para mudar essa pirâmide louca que a gente tem, que nem tem o formato de pirâmide! A gente chama de pirâmide, mas é um formato, se a gente for desenhar, bem abstrato.

Então, para além de colocar na escola, para além de dar uma bolsa, para além de fazer a inclusão da pessoa no seu acesso à cidadania, à saúde, à assistência social, ao CAD único, nós falamos: “Vamos debater essa sociedade!”. Então, criamos um curso de Cidadania em Direitos Humanos, em que diversas atividades iam falar sobre poder, Estado, democracia, controle social, Defesa do SUS... um longo e extenso currículo. Mas em um formato que não fosse o de sala de aula padrão, porque a gente não é padrão mesmo, para debater com essa galera exatamente isso. E, em pouco tempo, tivemos resultados consideráveis. Por exemplo, no início do Transcidadania, no cadastro que a gente fazia, das primeiras cem travestis e transexuais que entraram no programa, 30% se reconheceram como negras, após o curso, passaram a ser 70%. A maioria delas tinha vergonha de falar que a sua atividade inicial, antes do curso de cidadania, era prostituição, mas logo depois elas afirmaram. E por aí vão diversos outros marcadores.

Para a gente foi importante, pois as travestis e transexuais voltavam à porta da Secretaria dos Direitos Humanos, e as pessoas me ligavam e diziam: “Simmy, tem cinco travestis aqui”, eu dizia “São todas do transcidadania”, e me respondiam: “Mas elas não estão no transcidadania? O que elas querem mais?”. “Vocês não disseram para a gente empoderar essas pessoas? Elas estão exigindo seus direitos! Então, tenham orgulho e recebam essas pessoas, na porta da Secretaria, na porta da Prefeitura”, eu respondia.

E assim foi para a gente conquistar outros espaços, como

da *Hormonização* que São Paulo fazia, mas que eu não sei se ainda faz, em três unidades básicas de saúde, e que era coordenada por profissionais da Psicologia, para depois passar para os demais profissionais, mas com essa pegada do empoderamento, do entendimento e da valorização do que essa pessoa é de verdade, até para ela entender porque que ela tinha que tratar aquele corpo e fazer um processo hormonal adequado, e não simplesmente chegar lá, pegar um hormônio e sair, porque as nossas relações afetivas se constroem de uma maneira muito complicada.

A gente chama de tia a AIDS. As travestis no Bajubara falam assim: “Você está com a tia?”. Então a gente chama de tia a AIDS, que é aquela tia chata, que vai viver com a gente para o resto da nossa vida, porque aquilo já é naturalizado.

A gente chama de mãe o que algumas pessoas chamam de cafetina, — mas isso é para outro debate, em outra mesa, porque eu também sou contra esse conceito. Mas foi essa profissão que deu a essa pessoa um RG, foi essa profissão que deu a essa pessoa o direito de comprar roupa. Na prostituição é assim: a gente está o tempo inteiro, mesmo quando aquele processo é agressivo, mesmo quando aquele processo às vezes não é o adequado, a gente traz para a nossa afetividade, porque foi dessa forma que nós chegamos a espaços que muitos de vocês chegaram. Foi dessa forma que a gente conseguiu chegar a uma farmácia e comprar um remédio, ir ao supermercado e comprar um pão integral, um leite condensado caramelizado com flocos crocantes, porque a gente vê na propaganda e a gente quer também. Mas aí para a gente chegar lá temos de passar por um rolê.

Então, a política pública sempre é espaço de violência também. Temos que mudar o conceito da história, temos que mudar na cabecinha das pessoas o conceito, e é muito difícil fazer isso! Porque isso está há séculos sendo explicado dessa forma; porque foi explicado que Adão era assim, tinha pintinho;

a Eva tinha vagina, e por aí vai. Então, lutar contra isso, tentar mudar esse paradigma, é mudar a existência da humanidade, e é muito difícil para as pessoas tentarem mudar isso.

Antes de entrar nesse temática precisamos dar passos para isso. São importante os materiais que a gente faz, os vídeos, a resolução, tanto as resoluções 01/99 como a 01/18, do Conselho Federal de Psicologia. Mas precisamos avançar, precisamos que espaços como o CRP e como o CFP nos ajudem a mostrar os dados dessa população, mesmo que seja fazendo a linha *Globo Repórter*, dizendo como vivemos; quem somos; onde estamos; como nos reproduzimos, para tentar nos ajudar.

Eu vejo inúmeras publicações maravilhosas do CREPOP, algumas eu já tenho. Eu acho que a gente tem de nos ajudar a produzir isso, nos ajudar a elaborar essas coisas – e trazendo a gente para construir, porque nada de nós sem nós.

Mas nós não estamos nesses espaços de uma forma como um todo, então precisamos que estejam com a gente nos ajudando a construir esse *rolê*, essa relação com política pública. Eu fico imaginando o *Tinder*. Sabem o *Tinder*? Aí *tu* olha para a pessoa, aí *tu* não gostou, xisinho. Aí quando *tu* gosta da pessoa, coraçãozinho. Aí, no acesso aos serviços seja público ou privado, é a mesma coisa. A pessoa é branquinha, deu *match*, a pessoa é cisgênero, *match*. Está *dando uma pinta*, já não pode, já *gonga*! É travesti, joga para longe. É igual. Porque o sistema de serviços em um sistema de direitos é um sistema que faz uma seleção. Ele só chama quem dá *match*. É mais ou menos isso que fizeram contra a cidadania agora. Quando eu lembro que quando a gente fez a *transição*, o atual gestor chegou para mim e falou: “Mas por que vocês escolheram aquela que está com problema de uso de droga?” “Por que vocês escolheram aquela que tem ensino fundamental?” “Por que vocês escolheram essa que está na rua?”... Porque essa aqui precisa, mana! Porque, se ela já tivesse tudo, não estava na rua. “Não, você tem de escolher

alguém que já está cursando o Ensino Médio, para poder sair daqui e dar um emprego para ela conseguir sair daqui”. Quer dizer, mal ela entrou, mal essa pessoa ingressou no programa, e já querem se livrar dela. Olha o incômodo que é. Está sendo incômodo para vocês me ouvirem? Porque é um incômodo para muita gente! As pessoas não querem. Quando vêem um travesti na porta do posto de saúde, já falam, dão uma respirada funda, porque parece que a gente vai contaminar alguém, e não é.

Então eu acho que precisamos construir essas pontes para que a gente consiga mudar a cabecinha das pessoas, para mudar esse lugar. Então, se falamos aqui para discutir currículos e fazer publicações, temos de pensar tudo isso que discutimos e colocar lá dentro, e não ter a vergonha de ir para lá e dizer “Não, ela pode, sim! Ela pode ser mulher e ter pênis — grande, pequeno, redondo, quadrado, como ela quiser! Pode ser homem e ter uma vagina, uma vagina potente, um clítoris que dá, mas pode.” As práticas sexuais também podem — para além das orientações, para além das formas de amar, para além das afetividades — as práticas sexuais também podem.

E como a gente vai fazer isso sem se colocar numa situação ruim? Aí é que está o grande *rolê*. Por que no final da parada tem um monte de gente transando? Por que nos dizem que queremos *direito de transar*? A gente quer também — por que não iria querer? Por que os índices, por exemplo, de HIV-Aids são extremamente elevados nessa população? Porque a gente *não pode*. Se chega um adolescente, um menino com outro menino de mão dadas, *não pode*, nada *pode*. Então a gente vai fazendo nos cantinhos, a gente vai arranjando um jeitinho para fazer, e esse jeitinho muitas vezes não é o mais legal para se cuidar, para amar o nosso corpo, para se preservar de muita coisa.

Então a gente está aprendendo muita coisa. Eu usei o exemplo do sexo, mas muita coisa nas nossas vidas ocorrem de uma maneira diferente das demais. Tem um caso de

um travesti aqui em Belo Horizonte, que é um exemplo para mim, desde a primeira vez que me deparei com essa história. Ela tentou de tudo, até que ela rasgou a identidade, e faleceu sem a identidade, porque ela disse para o Estado: “Eu não sou nada mesmo, então para que eu preciso desse número do Estado?”, e rasgou. Então vejam como isso é potente.

Aí a gente fala: “Mas o STF agora reconheceu. Já pode.” Pode e não pode. Porque tem um monte de lugar que não está aceitando. Mas pode. Agora o STF diz que pode. Então você não precisa de laudo, se eu não preciso de um juiz para dizer quem eu sou, eu posso ir ao cartório e dizer que sou Simmy, que eu sou mulher, e fazer a minha retificação. Está tudo resolvido, tá? Não está! Porque quando eu pegar esse RG... meu RG, por exemplo, eu mudei o nome, mas eu não mudei o gênero. Mas se eu for lá e mudar o meu gênero, se eu mudar o sexo no RG, eu não vou poder fazer o exame de próstata. Se um companheiro meu que é homem trans precisar de ginecologista, ele não vai poder, porque ele mudou. Inclusive, a ABGLT agora oficiou a Defensoria Pública da União para a gente entrar, porque, se a gente mandar para o Ministério da Saúde, eles vão nos ignorar. Então nós demos entrada na Defensoria Pública para debater isso. E como fazer isso, né? A gente precisa mudar. Então, é um sistema que eu estou falando, mas o SUAS (Sistema Único de Assistência Social) também, a gente tem de pensar de que forma mudar as categorias desses sistemas, e eu falar: “É difícil mudar.” Não é não. A tecnologia está crescendo para caramba, tem um monte de *expert*, *hacker*... um monte de coisa aí que sabe mexer nesse babado! É só dizer o que é para fazer.

O que tem de mudar é o nosso entendimento. Agora, as políticas públicas que mudem isso. Hoje precisa de muita boa vontade, porque com uma PEC que tira dinheiro dessas áreas por vinte anos, a gente ainda vai ficar com esmolinha para tentar fazer, então a gente precisa de criatividade, a

gente precisa de boa vontade, e a gente precisa de muita luta. É bom ver que o CFP está conosco, porque é só com a rua, rua e muita rua, que a gente vai mudar essa realidade.

Obrigada.

O PROTAGONISMO DE USUÁRIAS/ OS NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Miriam Abou-Yd

Agradeço à organização do evento, mas confesso que ao receber o convite para estar nesta mesa, hesitei em aceitar. Afinal, há décadas nos perguntamos acerca do papel do manicômio, mas em especial sobre o lugar do louco na sociedade. E há exatos trinta anos, constituiu-se um movimento social, que entendeu que seria impossível construir uma política verdadeiramente antimanicomial, sem envolver e escutar os diretamente interessados, ou seja, os usuários e suas entidades organizadas. E assim se fez!

Portanto, o que teria uma psiquiatra e psicóloga a acrescentar a esse debate, num momento que testemunhamos usuárias e usuários da saúde mental alcançarem a cidade, falarem em nome próprio, organizarem-se politicamente, conquistarem direitos e serem livres? Nada mais coerente do que eles mesmos falem sobre o seu próprio protagonismo.

Mas algumas situações me fizeram pôr fim à hesitação. A primeira, claro, foi o convite estendido à Laura para que ela também estivesse presente à mesa. Tenho claro para mim que por mais que eu me esforçasse, nada seria mais lindo e legítimo do que o depoimento dela. A presença da Laura me deixou, então, mais confortável para aceitar participar.

Por outro lado, outras situações que eu vivenciei me

deixaram, por sua vez, muito incomodada, mas também foram motivos que me levaram a aceitar o convite. Tudo começa em uma conversa de WhatsApp de trabalhadores da saúde mental, da qual eu não participo, mas tomei conhecimento e o comentário foi o seguinte: “Confesso que esse desfile do 18 de maio me deixa constrangido. Sempre me dá uma sensação de que estamos coisificando, objetificando os pacientes. Muita exposição”. E a outra situação, também diz respeito à comentários realizados por trabalhadores da saúde mental acerca do que eles chamaram de “desnecessária e excessiva politização” do tema do 18 de Maio, deste ano de 2018 — para quem não sabe, o tema foi “Atentas e fortes: tantãs sem temer os golpes” — e a descrença da participação de usuários na escolha do tema do desfile, dos nomes das alas, etc.

E estes lamentáveis comentários têm tudo a ver com o tema dessa mesa.

Sem dúvida alguma estamos vivendo tempos particularmente difíceis. Sem democracia não existem políticas públicas, cujo retrocesso medonho não ocorre dissociado do contexto político no qual atravessa o nosso país. Vivemos um estado de exceção. O governo ilegítimo impôs ao país, pela força, uma agenda neoliberal, de restrição de direitos sociais e de desnacionalização da economia; presenciamos o desinvestimento financeiro a todas as políticas sociais com a destruição da Previdência Social, desarticulação do SUS, do SUAS, ameaças às universidades públicas, desfazendo direitos históricos da classe trabalhadora.

Exacerbam-se as manifestações de ódio contra a política e as minorias, criminalizando os movimentos sociais. Disseminam-se pensamentos e ações de natureza fascista, que buscam eliminar a diversidade e pluralidade próprias das sociedades democráticas.

Vale sempre lembrar que em terras tupiniquins, a cidadania é

privilégio de classe. Vivemos numa sociedade em que alguns tudo podem, enquanto outros sofrem a negação de modo cotidiano.

Todo o processo da Constituição de 1988 é marco político da luta social pela ampliação da cidadania. Nela se veem refletidos alguns dos anseios de inúmeros segmentos da sociedade brasileira, esquecidos ou invisíveis para o Estado por mais de quatro séculos de história. Será no bojo do movimento de reconstrução do país, de busca de ampliação de cidadania, que se colocará a questão da cidadania dos loucos.

A luta pela democracia abriu caminho para o questionamento a uma instituição visivelmente contrária à democracia: o hospital psiquiátrico, e, conseqüentemente, a tudo que a ele e dele decorriam. Criticamos o desrespeito a todos os direitos, traduzidos na precariedade da assistência prestada que, via de regra, não oferecia as mínimas condições de dignidade humana; criticamos a violência no trato, o cerceamento da liberdade, o enclausuramento sustentado em nome da irracionalidade perigosa; criticamos a invalidação como modo de vida; criticamos o silenciamento imposto pelo enfadonho monólogo da razão, repetido à exaustão pela boca dos técnicos; criticamos o abandono e a negligência, a infantilização e a tutela. Enfim, uma de nossas críticas mais pungentes, e certamente a mais incômoda, tem por endereço o mandato social dado a medicina e às demais técnicas psi de controle.

A partir desta crítica, criamos uma insígnia: “Por uma Sociedade sem Manicômios”, que gerou, como um de seus efeitos, lugares e instituições vocacionadas à invenção permanente. Tarefa ousada, de delicado manejo, exigente e ambiciosa, posto que o retorno ao conhecido, à acomodação e à repetição, são movimentos naturais.

É preciso pensar nossas práticas, com um olhar que não abandona o modo de ver próprio da razão, para aproximar-se, o mais perto possível, da alteridade constitutiva da loucura. Daí o necessário e permanente retorno aos princípios que

nos fundamentam e destaco aqui a conquista da cidadania e respeito à subjetividade dos loucos, e a substituição da hierarquia dos discursos técnicos pela partilha do poder, não só entre técnicos, mas em especial, com os usuários e familiares.

Vejam: os comentários de alguns profissionais da saúde mental que citei anteriormente deixam claro a noção social que foi elaborada secularmente para a figura da loucura, que num certo momento histórico, passou a ser representada como destituída da razão, de forma que como ser alienado da sua razão, o louco não é considerado como sendo propriamente um sujeito. Um ser mutilado na sua razão, o louco não poderia então exercer a sua vontade e ter discernimento para se apropriar, legitimamente, de sua liberdade. A exclusão da subjetividade dos loucos impõe aos mesmos uma mordaza que silencia a voz ou a esvazia de sentido, fazendo dessa um mero signo da doença.

A clínica antimanicomial deve buscar as condições para que o usuário possa vir a responder por si e pelo seu querer, exigência ética do cuidado, operando de modo diverso da tradição, fazendo caber na cultura e na cidade a diferença, se conformá-la aos moldes e modelos da razão. Temos de ter sempre muito cuidado, o espectro do manicômio nos ronda!

A ruptura radical com o manicômio deve pressupor o limite inerente à assistência ou à clínica. Deve tomar como questão a necessidade de ir além destas para promover a inclusão social. Deve mirar o espaço da cidade como o lugar da inserção. A possibilidade de habitar o território ou a capacidade de produzir a própria cidadania não são questões menos nobres, de menor relevância, que a saída propiciada pela reconstrução simbólica. A emancipação ou a autonomia devem articular reconstrução simbólica e construção de direitos numa mesma tessitura, que tenha a vida e não a simples remissão dos sintomas como meta.

A luta antimanicomial, ao recolocar a pergunta sobre

a relação do homem com a loucura, abre, certamente, a via de acesso à vida para usuárias e usuários e cria problemas para os saberes, práticas e discursos, aos quais foi outorgado o direito de tutela dos loucos. Sinto comunicar isso para vocês. Ou seja, a clínica antimanicomial trabalha na perspectiva inversa do pressuposto clássico, que roubou do louco seu saber sobre a experiência da loucura e o fez objeto.

Negar o manicômio como valor e negar a nós mesmos, e nossos saberes como portadores de uma verdade sobre a loucura, eis a nossa causa maior. Partilhar generosamente nosso precário saber para construirmos com tantos outros — os loucos sempre, e os não-loucos todas as vezes possíveis — um outro modo de existir para todos, para nós inclusive.

Concluindo, cito Antonin Artaud⁸, em um trecho de sua “Carta aos Médicos-chefes dos manicômios”, de 1925:

As leis e os costumes vos concedem o direito de medir o espírito. Essa jurisdição soberana e temível é exercida com vossa razão. Deixai-nos rir. A credulidade dos povos civilizados, dos sábios, dos governos, adorna a psiquiatria de não sei que luzes sobrenaturais. O processo da vossa profissão já recebeu seu veredito. Não pretendemos discutir aqui o valor da vossa ciência nem a duvidosa existência das doenças mentais. Mas para cada cem supostas patogenias nas quais se desencadeia a confusão da matéria e do espírito, para cada cem classificações das quais as mais vagas ainda são as mais aproveitáveis, quantas são as tentativas nobres de chegar ao mundo cerebral onde vivem tantos dos vossos prisioneiros? Quantos, por exemplo, acham que o sonho do demente precoce, as imagens pelas quais ele é possuído, são algo mais do que uma salada de palavras? Que tudo isso seja lembrado amanhã pela manhã, na hora da visita, quando tentarem conversar sem

8 Disponível em: <http://redehumanizasmus.net/89562-antonin-artaud-carta-aos-medicos-chefes-dos-manicomios-1925/>. Acesso em: 19 nov 2019.

dicionário com esses homens sobre os quais, reconheçam, os senhores só têm a superioridade da força.

Muito obrigada.

Bom dia gente.

Como vocês já ouviram, sou usuária do CERSAM, do CERSAM Leste, Centro de Convivência César Campos, membro da Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental.

A luta antimanicomial é a luta pelo direito à liberdade e pelo acesso à cidade, aos direitos. Antes da lei Paulo Delgado o louco era retratado nas leis como *loucos de todo tipo*, estava escrito assim. Uma coisa terrível. A gente não era considerado cidadão. Então a gente não tinha direito nenhum. Não só de circulação! A gente não tinha políticas afirmativas de acesso ao trabalho. Hoje em dia há convênios com Verdemar, Supernosso, Hermes Pardini, mas antes não tinha nem essa possibilidade, porque as pessoas estavam nos manicômios, nos hospitais psiquiátricos, e é muito importante ressaltar sempre a possibilidade de autonomia da pessoa com sofrimento mental, e do louco, parte da reconstrução da figura de quem é esse louco do quê que é loucura, de quem são esses sujeitos, e da possibilidade de estar fora de um hospital psiquiátrico.

Pessoas dentro de um hospital psiquiátrico têm seus direitos, o seu acesso negado às diferentes políticas sociais, ao CRAS, ao SUS, a outras instâncias do SUS. O tratamento integral da pessoa, se é que pode chamar aquilo de tratamento, fica encapsulado naquele espaço. E a gente vê com a luta antimanicomial, com a abertura dos CAPS ou CERSAM, que a pessoa começa a circular pela cidade, e aí aquela figura do alienado começa a cair por terra, porque a gente tem esse preconceito muito grande com relação ao louco. Não só de que ele é perigoso, e é até uma dicotomia engraçada: o louco é considerado totalmente “incapaz”, mas é completamente “capaz” de cometer um ato de violência. Apesar de ele ter uma potência muito grande, uma força muito grande, que o torna capaz de cometer crimes, de subverter a lei, de

subverter a norma, ele é posto no lugar de extrema passividade.

É uma dicotomia interessante de a gente pensar, que a gente tem uma contradição na nossa mente: se ele é visto como tão perigoso, tão transgressor, e ao mesmo tempo como tão inovador, como ele pode ser tão passivo perante os próprios direitos? Mas é claro, dentro de uma instituição, do hospital psiquiátrico, a questão do direito não é uma discussão, não há essa discussão do direito.

Eu acho muito perverso a gente pensar em discutir autonomia de um usuário que está no ambiente de hospital psiquiátrico, de manicômio. Porque a verdade é que a autonomia nesses regimes — e essa é uma crítica que a gente tem de fazer sempre — quando a gente olha algumas experiências internacionais, para a gente não achar que simplesmente a higienização do hospital psiquiátrico é suficiente, afirmando que é possível uma autonomia do usuário dentro de um contexto de hospitalocêntrico. Contudo, como membro também de associações internacionais de usuários, a gente vê que isso é uma realidade mentirosa. A verdade é que a “autonomia” é um abandono, porque a pessoa é jogada no hospital psiquiátrico. Depois que ela sai de lá, ela é simplesmente jogada para fora, na rua, — e boa sorte para não surtar de novo, para não ter outro sofrimento, porque senão ela terá de voltar, e aí a sua vida entra em hiato, de novo.

E a nossa proposta dentro da luta antimanicomial é que a vida das pessoas não precisa parar toda vez que ela tem um surto, toda vez que ela tem uma crise, toda vez que ela precisa de ajuda. Então a gente vê que nossos usuários cada vez mais demandam auxílio jurídico, demandam o SUAS, demandam arte, cultura e lazer, a ASUSSAM tem feito reuniões itinerantes pelos CERSAM's, e a gente vê que a maior demanda e o maior elogio dentro do serviço, são as oficinas, é a questão do lazer. Uma iniciativa muito elogiada no CERSAM Venda Nova foi o EJA, por acabar com essa vulnerabilidade de muitos usuários que é não terem concluído o Ensino Médio, e às vezes

nem o Ensino Fundamental, tirando-os do analfabetismo, ou do semianalfabetismo.

Essas possibilidades de o serviço fazer uma conexão com o EJA, com a assistência social, para garantir o LOAS, para fazer um aposentadoria por invalidez, para negociar com o trabalho um afastamento... é uma preocupação que o serviço tem de ter, porque o usuário demanda, não é uma preocupação necessariamente espontânea dos trabalhadores, mas uma preocupação que vem como demanda.

É preciso parar de pensar no usuário sob a perspectiva de um vulnerável psicossocial; como alguém que não luta pelos seus direitos. Nós temos essa imagem. Mas pessoas nomeadas como “normais”, que não carregam esse estigma da loucura, que é um parâmetro que pode ser muito criticado, que estejam num momento de maior passividade na vida, de menor atividade, de menor proatividade estarão apenas passando por um momento da vida da pessoa em que ela está mais fragilizada, mas que na verdade ela não é assim, é só um momento. E nós como sociedade, incluindo a mim, e os próprios usuários se veem assim, também pegamos nossos momentos de vulnerabilidade por essa imagem do alienado, que é muito forte, e transformamos em uma característica inerente à pessoa, como se não estivéssemos todos sujeitos a momentos de vulnerabilidade. Então isso vira um argumento.

Tomemos o seguinte exemplo: um usuário que está em crise lá no CERSAM, que está tentando fazer seu tratamento, que está tentando passar por esse momento, que pode estar confuso, falando confuso, desorientado, não consegue fazer nada, e por isso ele é diagnosticado como alguém que não consegue fazer nada nunca, por estar passando por um momento. Isso é uma perversidade. E essa realidade é somente um recorte social, porque é assim que sabemos do louco, e a gente pode ver isso na mídia e em qualquer lugar.

A gente só se lembra do louco quando ele está

“incapacitado”, não considerando que, como todo mundo, está assim por algum momento. São vistos como incapacitados para o trabalho, porque não tem emprego formal. Mas ela faz um bico, atua dentro do núcleo familiar, atua dentro do serviço dela. Então ela não é bem incapaz de fazer nada, mas o sistema é capitalista, e como produtivistas a gente não dá valor para essas pequenas atividades. Estar atuando no seu serviço, estar andando na rua, ter suas relações de amizade... isso já é uma potência. O sujeito reinventa a sua vida e constrói seus próprios caminhos. Mas não é valorizado, infelizmente.

Então a gente só se lembra desse fulano quando ele está incapacitado para o trabalho, e quando ele está cometendo um crime. Ninguém vai pegar o usuário que está atuante na família, ninguém valoriza a sua atuação quando ele cuida dos filhos, quando ele cuida da mãe, às vezes idosa, ou quando ele está trabalhando em um serviço social, um serviço voluntário, um trabalho não-remunerado. Não se valoriza esse aspecto das pessoas, não se valoriza os que estudam. Eu mesma sou estudante e isso não é valorizado. Ninguém vai me pensar como louca no momento em que eu estiver estudando, só vai me significar como louca no momento que eu *não estiver* na universidade, ou surtar lá.

A sociedade vai interpretar o louco de várias formas para tentar se justificar nesses preconceitos. E isso é muito negativo, porque é uma inverdade; é a construção de uma identidade patologizada da pessoa. O próprio usuário tem essa identidade patologizada de si quando ele se vê à mercê de um tratamento, e fica esperando uma cura milagrosa, ou ao menos alguma melhora no serviço. Mas ao invés de ir atrás, de ser ativo, ele se senta nesse lugar, onde ele apenas recebe o tratamento, sem construí-lo junto com o outro.

Mas nós temos que ver com a luta antimanicomial; vemos que isso tem diminuído; vemos o esforço dos usuários em mobilizar outros usuários, e os seus trabalhadores também em mobilizar outros trabalhadores e usuários. E

isso é uma coisa bonita.

Às vezes essas pessoas acham que quem ganha com a desinstitucionalização de como tirar o louco do hospital psiquiátrico é só o louco. Ele conseguiu aí os seus direitos, e isso é bom para ele, mas é ruim para o resto. É muito comum de ouvir, que agora quem tem de cuidar é a família; a sociedade tem de se virar com ele; tem de fazer política afirmativa; tem de dar auxílio moradia; tem de dar auxílio LOAS; tem de dar aposentadoria por invalidez... Fazendo parecer que esse sujeito virou um fardo.

“Ele saiu dali. Ele não faz nada, e ele só recebe”, que é o mesmo preconceito com quem usa o SUAS. Ele recebe, mas ele não faz nada em troca pela sociedade. Mas a gente vê que a circulação, que a possibilidade de circulação das pessoas pela cidade fomenta a possibilidade de criar demandas sobre certos assuntos, que beneficiam regiões inteiras. Um exemplo é a Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental (ASUSSAM), junto com Centro de Convivência Carlos Prates, por demanda de usuários desse Centro, está pleiteando um refeitório popular na região do INSS do Padre Eustáquio, que é uma região cheia de serviço do SUS, que tem o INSS, que tem o Mineirinho da Saúde, onde as pessoas ficam à mercê de restaurantes mais caros e não tem acesso a uma boa alimentação, por falta de um restaurante popular.

A gente conseguiu uma emenda parlamentar que liberou um milhão e meio de reais para nós, para a gente fazer esse refeitório, infelizmente está difícil conseguir. Não sabemos se vamos conseguir. Mas é esse sujeito, que é considerado “incapaz”, que “não pleiteia seus direitos”, que “não está nem aí”, que “não faz nada pelo outro, pelo próximo”, que está tentando conseguir algo, que é para todos.

Na verdade, quando se pleiteia, quando se luta pela efetivação de um direito na verdade é porque esse direito está na Lei, e com sua a efetivação favorecemos toda uma região. Quando a gente luta, por exemplo, pela inclusão no trabalho, isso não só beneficia as pessoas que estão conseguindo trabalho, mas o

próprio ambiente de trabalho. Há uma diversidade de pessoas, uma diversidade de funcionários. Pode-se conviver com a diversidade, e isso melhora as condições de trabalho. Isso favorece um ambiente de trabalho mais acolhedor, e isso é uma coisa muito bonita. Por exemplo, quando se pensa numa pessoa com autismo, do espectro autista, que precisa de um ambiente climatizado às vezes, um ambiente com isolamento acústico, ou num cadeirante, também que precisa que as portas sejam mais largas; precisa ter acessibilidade... Todo mundo ganha com isso, é um ambiente muito mais agradável, estar num ambiente acessível, com climatização, com isolamento acústico... quem ganha somos todos nós porque isso é uma melhora dos ambientes mesmo do espaço. Então a família ganha muito com o louco voltando para casa. Isso é uma imagem muito estúpida que as pessoas têm, de que todo familiar está enlouquecendo por jogar um ente seu na rua, no hospital psiquiátrico, para ficar livre dele.

Mas não é bem assim, quando se vê essas circunstâncias sobre outro aspecto. Há relações de afetividade; há relações de carinho que precisam de ser respeitadas, em que as pessoas querem esse familiar, querem esse convívio social. É realmente prezar pela democracia, é ouvir diversos segmentos da população, que é muito plural, e pensar em um consenso, como se pode viver junto.

Eu acho que isso é uma grande utopia da sociedade, uma utopia autorrealizada ao mesmo tempo com contradições, que é a utopia de viver junto, que é a proposta que os seres humanos basicamente estão fazendo desde que existem. Mas é uma proposta com desafios. E esses preconceitos, essas discriminações vão contra essa ideia democrática; vão contra essa ideia de viver em sociedade. Que sociedade é essa que eu não consigo viver com o outro? Então é muito importante se pensar integralmente em todos.

É necessário pensar na inclusão de todos usuários, inclusive daqueles que cometeram ato infracional. A população

carcerária é imensa, eu não preciso dizer isso, e urge que se proponha para essas pessoas em conflito com a lei uma solução de se conseguir viver junto, o que é muito importante para não se legitimar esse espaço de exclusão. O nosso desconhecimento, a nossa incapacidade de arranjar uma solução melhor não quer dizer que a solução não exista.

É necessário também pensar nesse parâmetro de normalidade, para que paremos de culpar o louco por tudo.

Louco se tornou xingamento. E precisa ser combatido por conta de estar se tornando uma absurda, perigosa, inesperada, e pejorativa construção da normalidade, que é opressiva, que tira das pessoas as possibilidades delas criarem novos caminhos. Na verdade, todo mundo que se submete à normalidade está submetido a uma gama de possibilidades subjetivas.

Eu aprendo muito com os outros usuários e eu acho que todo mundo ganha muito em conviver com outros usuários também porque a capacidade de reinvenção, de mostrar novas possibilidades, de ver o mundo, de interagir com o mundo, de interagir com os espaços públicos, de ampliar os espaços, é muito inovador, ainda que por vezes no sentido de causar sofrimento para o sujeito. Mas nem sempre. Às vezes é uma sacada genial. E a gente desvaloriza essas possibilidades como se a sociedade tivesse medo de mostrar que ela é reinventável.

A gente está tão fixado na tradição, a gente esquece que a sociedade é reinventável, e a loucura aponta para isso, que é possível sair da razão, no sentido racionalista mesmo, na razão no sentido de idealizar um *American Way of Life*. Deusa-razão, um deus-verdade e nós estamos sempre caminhando numa linha evolutiva cada vez mais perto da verdade, e a loucura nos ensina a relativizar as coisas, e mostrar esse choque de que não existe esse deusa-razão, não existe esse deus-verdade.

Não estamos chegando mais perto da verdade. Estamos imaginando as coisas. Então a gente imagina as realidades sociais; a gente imagina como é que está em situação de rua; a gente

imagina como é estar em conflito com a lei; a gente imagina como é enlouquecer; a gente imagina o outro; a gente imagina aquela pessoa que a gente está olhando; a gente imagina a si mesmo... Então tudo é uma grande imaginação da nossa cabeça. Fala-se que o louco fica imaginando coisa, mas o maior delírio é achar que a gente não está imaginando tudo, a gente imagina tudo. Então é importante a gente reimaginar essa figura do louco, porque quando a gente reimaginar esse sujeito, a gente vai ver o sujeito de uma forma totalmente diferente. A mesma pessoa vai ser vista sob um olhar completamente diferente, porque esse olhar de alienado, de incapaz, somos nós querendo imaginar esse sujeito dessa maneira. Somos nós colocando esse sujeito nesse lugar, sem perceber, nas pequenas coisas, essas sacadas geniais que as pessoas têm para lidar com os seus problemas para lidar com as dificuldades da realidade social, com a realidade da discriminação.

Ao chegar ao CERSAM vê-se que a maioria das pessoas são pessoas em extrema vulnerabilidade social. E pensar que elas sobrevivem, literalmente sobrevivem, em condições de miséria absoluta. E talvez por conta disso está propondo a se reinventar e reinventar as coisas ao seu redor. O que é realmente impressionante. Uma ousadia muito grande.

E é importante imaginar o sujeito, porque a pessoa imagina a si mesma. Todos nós temos responsabilidade, e falo que todos nós temos responsabilidades na saúde no geral. Se nós estamos com problema no SUS é nossa responsabilidade também investigar o que está acontecendo. Por exemplo, no CERSAM Leste mesmo, estávamos com fila de espera na parte da manhã para atendimento psiquiátrico de duas horas, duas horas e meia. Fui investigar o que estava acontecendo; por que estava demorando tanto. E descobrimos que estava se marcando duas pessoas no mesmo horário. Ou seja, havia muito mais gente para atender do que horário para atender. Esta semana o tempo de espera era de meia hora, cinquenta minutos. Quer dizer, o tempo de espera caiu em uma hora

e meia. E isso porque eu fui olhar o que estava acontecendo. Então isso melhorou a qualidade do atendimento, e isso melhora a qualidade de atenção à saúde. Por isso eu falo que todos nós somos responsáveis pela saúde.

E quando a gente imagina aquele que adocece, que nós imaginamos aquele que adocece como um doente, no sentido assim, como se adoecer não fosse normal, como se não fosse parte da vida, e como diz Franco Rotelli, um dos grandes fundadores pioneiros da luta antimanicomial da Itália: “Adoecer faz parte da riqueza da vida, e como nós tratamos nossas pessoas doentes diz mais sobre nós e nossa sociedade, do que qualquer outra coisa.”. Então quando a gente elege o hospital, seja psiquiátrico, seja hospital geral, como Centro de Atenção, isso diz muito sobre quem nós somos e que tipo de sociedade nós queremos ter.

Então por isso nós temos que *reimaginar* nossos sujeitos, e pensar que nós também somos atuantes. Qualquer um de nós, independentemente da nossa vulnerabilidade, conseguimos, sim. Somos sujeitos ativos, e na nossa vulnerabilidade construímos juntos coisas incríveis. Uma das propostas mais geniais, mais populares, o SUS, quem construiu foi o povo. Uma das propostas populares mais geniais que o mundo já viu. Uma verdadeira obra de arte. Que precisa ser valorizada. Temos conselhos nacionais cuja metade é constituída de usuários. Isso é uma grande sacada que nenhum outro lugar do mundo tem.

Então nós temos potência. Pessoas que não sabem ler; pessoas pensam que estão em sofrimento mental; pessoas pobres pessoas em situação de rua... A gente só precisa reimaginar as pessoas para a gente conseguir ver isso, e começar a se reimaginar também. Imaginar a potência que a gente não sabia que tinha. E isso vale para todo mundo. O mais passivo de todos é o normal que fica lá sentado olhando para o mundo, como todo mundo sempre disse que ele tinha de olhar.

Obrigada.

ISBN 978-65-86540-40-6



9 786586 540406 >